

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ALESSANDRA SAHAIDAK

**“A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR):
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA”**

PONTA GROSSA

2013

ALESSANDRA SAHAIDAK

**“A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR):
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA”**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão do Território, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientação: Prof. Dr. Leonel B. Monastirsky

PONTA GROSSA

2013

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S131 Sahaidak, Alessandra
A implantação do projeto turístico Rota dos Tropeiros (PR): políticas públicas e governança/ Alessandra Sahaidak. Ponta Grossa, 2013.
126f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Leonel B. Monastirsky.

1.Território. 2.Políticas Públicas.
3.Governança. 4.Rota dos Tropeiros.
5.Campos Gerais. I.Monastirsky, Leonel B..
II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do Território.
III. T.

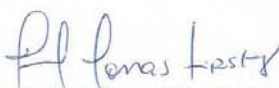
CDD: 338.479.1

TERMO DE APROVAÇÃO

Alessandra Sahaidak

“A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR): POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: 
Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG


Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
UFPR


Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza
UEPG

Ponta Grossa, 01 de abril de 2013.

Dedico àqueles que são inspiração para minhas buscas... Augusto e Ana!

AGRADECIMENTO

Ao professor e orientador, Leonel, pelo conhecimento e apoio. No decorrer da pesquisa sempre foi compreensivo, amigo e se tornou um exemplo, que certamente seguirei na minha carreira.

Ao professor Luis Fernando e Marcos Aurélio, membros das bancas de qualificação e defesa, pelas arguições e contribuições.

Aos professores do Programa de Mestrado em Gestão do Território (UEPG). Em especial à Joseli, Silvia, Cecílian e Cunha, que tive a honra de participar das aulas com conteúdos densos para alguém de outra área, mas apresentados de forma empolgante e me fizeram conhecer um pouco e admirar muito a Geografia.

À Fundação Araucária pela concessão de bolsa que possibilitou dedicação exclusiva à atividade de pesquisa.

Aos colegas de turma de mestrado Rita, Gigliese, Elmarilene, Alex, Scheibel, Rafael, Fernando, Heder, Silvana, Tanize, Laís, Dieniffer e Douglas. Ao Renato Pereira, de outra turma, mas parceiro direto na pesquisa!

Ao parceiro Maycon, que topou me ajudar desde as incertezas da graduação e foi essencial nos rumos que tomei dentro da academia.

À minha mãe, guerreira e exemplo de vida, e, que mesmo sem entender a finalidade do mestrado, nunca deixou de falar do “meu estudo” com orgulho, brilho nos olhos e um belo sorriso, incentivando e acreditando ser importante.

À minha família que é base. Amilton me fez perceber que estudar fez, faz e seguirá fazendo a diferença. Adilson, irmão e companheiro. Minhas cunhadas, exemplos de dedicação. Meus sobrinhos, Adriano, Adriely e Arielly, que ainda mal entendem o trabalho da tia, mas que são fundamentais em cada etapa da minha vida.

À Silvia, que leu e releu a pesquisa inúmeras vezes. Aguentou-me, sobretudo na finalização, e além de paciente foi presente e trouxe a calma e certeza que eu precisava na hora certa. Sem você eu nada conseguiria.

Aos amigos Renata, Lucas, Fabio, Júlie, Aninha, Ana Carol, Carol H., Xis, Juliana, Melina, Glaucia e Karla. Pessoas que me fazem acreditar no valor da companhia sincera de quem nos ama. Apesar das distâncias o carinho só aumenta!

E a ele que, se estivesse entre nós, receberia meu abraço por ser meu maior mestre... Augusto, estimado pai!

*O tempo faz tudo valer a pena
E nem o erro é desperdício
(Ana Carolina)*

RESUMO

A abrangência do projeto turístico “Rota dos Tropeiros (PR)” estabeleceu um território que envolve dezesseis municípios dispostos na região turística dos Campos Gerais. O projeto visa desenvolver o turismo baseado na diversidade natural e cultural da região. Tem no tropeirismo sua base histórica, pois foi um ciclo que contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do país e deixou marcas materiais e imateriais no decorrer do caminho traçado por tropeiros. A região que o projeto alcança é um exemplo de como alguns municípios retratam parte dos costumes e as heranças culturais desse período. Através da organização do projeto os visitantes encontram diferentes segmentos de atividades turísticas, com opções de roteiros de ecoturismo, turismo rural, cicloturismo, turismo cultural, entre outros. Para administrar e articular o projeto, a Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais (ADTCG), age atendendo aos municípios e à iniciativa privada. A referida instância de governança atende ao projeto principalmente na divulgação e promoção do destino, através da elaboração de materiais e representação em eventos. A estruturação via treinamentos, oficinas e palestras são disponíveis para os municípios e associados. Passados alguns anos de seu lançamento (2003), buscou-se compreender como acontece a administração do projeto via instância de governança. Todavia, para entender o comando atual, foi necessário estudar a sua organização e implantação. Estabelecido por meio de políticas públicas, o projeto, em consonância com o objetivo norteador do planejamento nacional – descentralização –, tem como viés estruturar o potencial da região, valorizando as características culturais, históricas e naturais. Desta forma, foi realizada a pesquisa para ter conhecimento de como o projeto, foi e está sendo administrado por uma instância de governança. O embasamento teórico se estruturou em conceitos de território, políticas públicas e turismo (planejamento turístico), enquanto eixo central, mas também contemplou temas mais específicos, como poder autônomo do Estado, poder local, descentralização e instâncias de governança.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Políticas Públicas, Governança, Rota dos Tropeiros, Campos Gerais.

ABSTRACT

The abrangency of the touristic project “Rota dos Tropeiros (PR)” established a territory that involves sixteen districts disposed in the touristic zone of the Campos Gerais. The project aims to develop tourism based on the natural and cultural diversity of the region. It has on the tropeirismo its historical base, since it was a cycle that contributed with the economical and social development of the country and left material and immaterial marks along the way traveled by troupers. The region that the project reaches is an example of how some counties portrays part of the costumes and cultural inheritances of this period. Through the organization of the project the visitors find different segments of touristic activities, with options of itineraries for ecotourism, rural tourism, bicycle touring, cultural tourism, among others. To administrate and articulate the project, the Agencia de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais (ADTCG), acts attending to the municipalities and also the private initiative. The referred instance of governance attends to the project mainly on the divulgation and promotion of the destiny, through the elaboration of material and representation on events. The structuring by trainings, workshops and lectures are available to the counties and associates. Past few years of its release (2003), it sought to comprehend how the administration of the project through governance's instance happens. However, to understand the current command was necessary to study its organization and implantation. Established by public policies, the project, in consonance with the guiding objective of the national planning – decentralization – has as bias structuring the region's potential, valuing the cultural, historical and natural features. This way, it was performed a research to have knowledge of how this project has been managed by an instance of governance. The theoretical basis was structured in territory concepts, public policies and tourism (touristic planning) as central axis, but also contemplated more specific themes, such as independent power of state, local power, decentralization and governance's instances.

KEYWORDS: Territory, Public Policies, Governance, Rota dos Tropeiros, Campos Gerais.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA DISSERTAÇÃO	15
FIGURA 2 – CARTOGRAMA PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR)	18
FIGURA 3 - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL	35
FIGURA 4 – MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O PROJETO ROTA DOS TROPEIROS (PR)	45
QUADRO 1 – ESTRATÉGIAS E AÇÕES COORDENADAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL	41
QUADRO 2 – SEGMENTOS TURÍSTICOS NA ROTA DOS TROPEIROS	46
QUADRO 3 – RELAÇÃO DE EMPRESAS ASSOCIADAS À ADTCG	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – IDH EM MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O

PROJETO TURISTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR) 62

LISTA DE SIGLAS

ADTCG – Agência de Desenvolvimento do Turismo dos Campos Gerais

AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MTUR – Ministério do Turismo

PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional do Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETU – Secretaria de Estado do Turismo

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - CONCEITUAÇÕES NO APORTE GEOGRÁFICO	
SOBRE O FENÔMENO TURÍSTICO	17
1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO	
NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO	17
1.1 O TERRITÓRIO DA ROTA DOS TROPEIROS (PR)	19
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	23
1.3 O PODER AUTÔNOMO DO ESTADO E O PODER LOCAL	28
1.3.1 O Poder local	30
1.3.2 Descentralização	31
1.4 ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
PARA O TURISMO	32
1.4.1 Planejamento turístico	33
1.4.1.1 Instâncias de governanças	35
 PARTE II – A ROTA DOS TROPEIROS	 39
2 ESTRUTURAÇÃO E ATUAL REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	39
2.1 PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO “ROTEIROS DO BRASIL”	40
2.2 PROJETO ROTA DOS TROPEIROS (PR)	44
3 GOVERNANÇA DA ROTA DOS TROPEIROS (PR).....	48
3.1 AMCG	48
3.2 ADTCG	49
4 ROTA DOS TROPEIROS (PR): IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	51
4.1 A ROTA DOS TROPEIROS (PR) PARA A ADTCG:	
INÍCIO E AVALIAÇÃO SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO	51
4.2 A ROTA DOS TROPEIROS NOS MUNICÍPIOS:	
A APLICAÇÃO DO PROJETO.....	52
4.2.1 Carambeí (PR)	53
4.2.2 Tibagi	54
4.2.3 Campo do Tenente	55
4.2.4 Castro	56
4.2.5 Piraí do Sul	57
4.2.6 Ponta Grossa.....	57

4.2.7 Sengés.....	58
4.2.8 Telêmaco Borba.....	59
4.2.9 Porto Amazonas	59
4.2.10 Balsa Nova	59
4.2.11 Arapoti	59
4.2.12 Palmeira.....	60
4.2.13 Rio Negro.....	60
CONSIDERAÇÕES	61
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – ENTREVISTAS PRESENCIAIS.....	72
Apêndice A 1	73
Apêndice A 2	75
Apêndice A 3.....	79
Apêndice A 4.....	80
Apêndice A 5.....	83
Apêndice A 6.....	85
Apêndice A 7.....	87
Apêndice A 8.....	91
Apêndice A 9.....	93
Apêndice A 10	96
Apêndice A 11.....	98
APÊNDICE B – ENTREVISTAS REALIZADAS POR MEIO ELETRÔNICO.....	99
Apêndice B 1.....	100
Apêndice B 2	102
Apêndice B 3	104
Apêndice B 4	106
ANEXO 1 – TROPEIRISMO	108
ANEXO 2 – CONVITE LANÇAMENTO ROTA DOS TROPEIROS (PR)	115
ANEXO 3 – DOCUMENTO DIRECIONADO À IMPRENSA	117
ANEXO 4 – CONVITE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO	121
ANEXO 5 – ATA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO	123
ANEXO 6 – AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS EM OBRAS DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA	125

INTRODUÇÃO

Pesquisar o turismo é uma ação de contextualização, haja vista tratar-se de uma atividade que envolve setores e mercados distintos, bem como se utiliza de fatores multidisciplinares para a sua realização. Torna-se relevante compreender as interferências que o turismo acarreta no espaço geográfico, pois, segundo Cruz (2000), trata-se da única prática social que consome fundamentalmente o espaço. Seguindo essa ação, percebe-se que, em determinados territórios, o turismo surge como fator (estruturado e estruturante) de dialogar sobre os impactos (negativos e/ou positivos).

Fazendo-se um recorte temporal, teve-se a intenção de estudar o turismo primeiramente pelas ciências econômicas (Barretto, 2007), ou seja, a preocupação primária eram os fins lucrativos. Contudo, com base no uso do espaço pelo turismo, notou-se que havia necessidade de abranger estudos mais profundos, com uma visão holística, pautada para além da perspectiva econômica, ponderando sobre os impactos gerados.

Com novas abordagens surgem estudos relacionados aos elementos que compõem uma localidade e são utilizados direta e indiretamente pelo turismo, afirmando a necessidade de uma interface entre conceitos de outras áreas, tais como Sociologia, Antropologia, Economia, Geografia, Psicologia e demais ciências.

A ciência geográfica não se baseia em uma discussão única e central, ela tem caráter múltiplo de investigações. Entre outras contribuições, ela busca na conceituação da relação indivíduo – espaço, proporcionar reflexões sobre as implicações no meio, que modificam e influenciam a história do homem, constituindo-se então em um método de entendimento e análise da sociedade.

Os conceitos advindos da ciência geográfica contribuem para diferentes áreas, pois se relacionam com construção da sociedade e refletem considerações sobre as formas de organização social. O território é abordado por grande número de teóricos devido sua complexidade e amplitude; alguns definem seu aporte físico, cultural, social ou mesmo político, entre outras explanações.

O turismo cresce mundialmente e se evidencia como um segmento de mercado que gera desenvolvimento econômico e social, contudo ele necessita de alguns fatores na sua elaboração, como é o caso do planejamento turístico, serviços

e infraestrutura, além do espaço. O turismo se caracteriza como ferramenta de transformação do meio, mesmo que de forma involuntária.

A atividade turística, inserida no setor terciário, portanto prestação de serviços, também pode contribuir além dos aspectos econômicos, pois sua implantação pode agir na inserção social e educação ambiental. O alcance do turismo, entendendo a multiplicidade de enfoques e interesses, pode contribuir na interface entre políticas públicas e desenvolvimento econômico regional, evidenciando a importância dos órgãos públicos direcionados a planejar e organizar o turismo.

O projeto Rota dos Tropeiros (PR) é um território que foi criado para desenvolver o turismo em alguns municípios que integram a região turística dos Campos Gerais. Faz parte de uma iniciativa do governo nacional, e como tal, visa desenvolver econômica, social e culturalmente os destinos brasileiros.

Esta pesquisa, direcionada à Rota dos Tropeiros (PR), tem por objetivo realizar um estudo sobre o território que envolve a participação de políticas públicas implantadas e administradas por uma instância de governança. Assim sendo, aborda municípios circunscritos na região dos Campos Gerais, porém se estabelece sem ter a referida região como objeto de estudo, pois municípios de outras regiões também integram o Projeto turístico Rota dos Tropeiros. Ressalta-se portando que o objeto de pesquisa é o Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR).

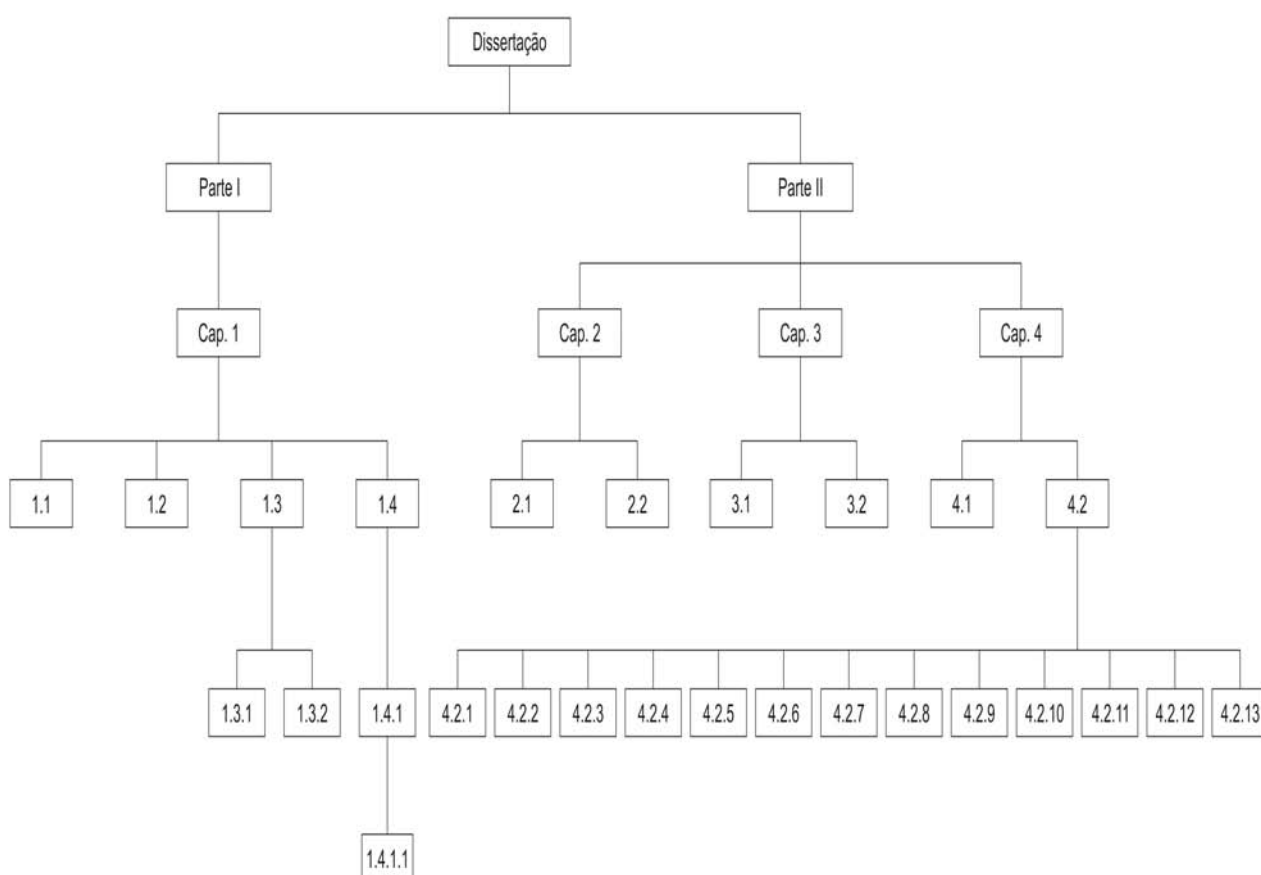
Para isso, buscou-se pontuar a relação entre políticas públicas e turismo; identificar a participação e influência dos órgãos institucionais na organização e aplicação do Projeto; identificar a ação política da instância de governança; verificar a participação dos municípios atendidos pelo Projeto; e, projetar a potencialidade atual do Projeto.

Para atender ao objetivo norteador, se fez necessário investigar conceitos de território, políticas públicas, poder local, descentralização, turismo, planejamento e instâncias de governança. Na sequência foi realizada a caracterização do projeto Rota dos Tropeiros (PR), que compreende parte da região turística dos Campos Gerais e é administrado pela Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros (ADTCG).

Foram realizadas leituras sobre os conceitos centrais. Consequente às leituras, fez-se necessário à elaboração de fichamentos e análises conceituais.

O conceito de território baseou a pesquisa por relacionar a delimitação de um espaço através das relações de poder. Definição defendida principalmente por Haesbaert, principal autor na conceituação de território para esta pesquisa.

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA DISSERTAÇÃO



Org.: a autora

A distribuição de capítulos acima apresentada segue a organização em duas partes. A primeira de cunho teórico-conceitual, que baseia as considerações; e a segunda, com a descrição do objeto de estudo, portanto a Rota dos Tropeiros (PR).

A justificativa pela temática se dá na realização de uma pesquisa que possa contribuir cientificamente na aplicação de um projeto baseado na atividade turística, que permeia e envolva a sociedade disposta no entorno. A problemática que fundamenta a pesquisa é: a articulação e administração do projeto Rota dos Tropeiros (PR), através da instância de governança, são viáveis e relevantes para o território disposto?

Trata-se de um estudo elaborado a partir do cunho documental e bibliográfico, complementada com entrevistas apoiadas em tópicos guias para direcionar as questões pertinentes, que geraram discussões e reflexões ao final da pesquisa.

O objeto de estudo é composto por uma entidade de governança e mais dezesseis municípios. Assim se fez relevante realizar entrevistas com a gerência da instância de governança administrativa, bem como gestores locais responsáveis pela aplicação do referido projeto.

No decorrer da pesquisa e seguindo o cronograma do projeto apresentado ao Programa de Mestrado em Gestão do Território, entro-se em contato com todos os municípios que fazem parte do projeto. Contudo, não foi possível realizar entrevista com todos os gestores municipais devido a falta de resposta para marcar a entrevista (casos de Rio Negro, Jaguaraiá e Campo Largo). Tentou-se realizar via e-mail, mas também não houve resposta até o momento de entrega da pesquisa.

As entrevistas foram feitas com a utilização de um tópico guia para suscitar os temas e possibilitar fluidez nas respostas, justamente por tratar-se de um projeto que envolve grande contextualização sobre a aplicação e administração. Para registrar as respostas foi necessário um gravador microcassete da marca *General Electronic*. Após registro foram transcritos os diálogos. O modelo utilizado de autorização para o uso de imagem, som de voz, nome e dados biográficos, encontra-se nos anexos, bem como os documentos assinados estão com a pesquisadora e encontram-se à disposição para consulta.

A afirmação das considerações, embora não registrando respostas de todos os municípios que integram o projeto, se evidencia pelo alcance geográfico, pois atingiu municípios dispostos em diferentes localizações na região; obteve resposta de locais com diferentes escalas econômicas; registrou a realidade de características díspares, como é o caso do potencial cultural em alguns destinos e potencial natural em outros; e, alcançou situações de governança municipal de distintos níveis de organização.

PARTE I – CONCEITUAÇÕES NO APORTE GEOGRÁFICO SOBRE O FENÔMENO TURÍSTICO

1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO

Dentre os elementos que compõem uma atividade turística, sabe-se que a espacialidade e a territorialidade, embora de forma subjetiva, completam as definições. O território figura de forma central, porque “se esse uso não se efetivar, não há turismo (...) essa efetivação só existe a partir do turismo como sujeito que empreende um deslocamento para um território determinado. (STEINBERGER, 2009, p 39).

Adyr B. Rodrigues (2012), ao escrever sobre turismo, relaciona-o ao conceito de território e consequente multiterritorialidade dos destinos turísticos, porque com a procura crescente do mercado, os simulacros são mais comuns e servem a diferentes interesses, além do viés de visitação, pois um destino turístico é vivido por distintos atores sociais (turista, residente, comerciante etc.) com interesses próprios.

A perspectiva multiterritorial, nas reflexões da autora, também é percebida em dois modelos: o economicista e a proposta humana; o primeiro relaciona-se ao caráter mercantil, observado a partir da criação de megaempreendimentos, gerando novos valores ambientais e socioculturais, ou seja, novas territorialidades; o segundo, portando a proposta humanista, baseia-se na ideia, a princípio proposta por Milton Santos, de exercício de horizontalidade, ou seja, o fortalecimento da integração local (RODRIGUES, 2012).

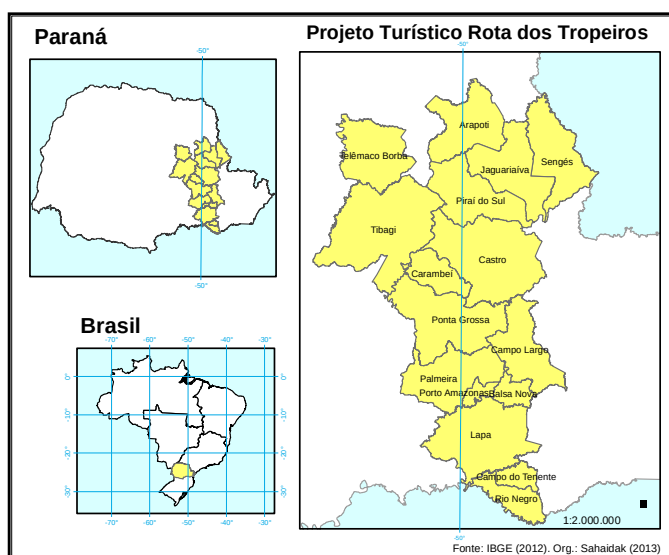
Como afirma Santana (2009), o turismo gera impactos negativos tanto no meio físico quanto nas culturas; surge a relevância do planejamento – uma das principais ações para empregar o turismo – que em muitos casos é inexistente ou ineficiente por haver uma distinção na compreensão das aplicações da atividade turística, com a separação dos setores público e privado (BARRETTO, TAMANINI, SILVA, 2004).

O turismo, concebido como fenômeno social devido à sua complexidade, dimensão e diversidade (BARRETTO, TAMANINI, SILVA, 2004), figura “como um dos fenômenos mais marcantes do mundo contemporâneo” (RODRIGUES, p. 9, 2001) e assim suscita explicações pertinentes à sua diversidade de alcances. Ainda que polêmicas, as discussões sobre o turismo abordam enfoques direcionados às relações social, espacial e territorial em que o turismo está inserido, logo, a dialética da transposição de limites pragmáticos.

A ciência geográfica, pautada em discussões multidisciplinares, dialoga com paradigmas contemporâneos, ora apontando suas precariedades, ora relacionando concepções filosóficas sobre o pensamento de organização das sociedades. O enlace entre geografia e turismo se estrutura na análise de um objeto que permeia sociedades e que é concebido como primordial para a estruturação econômica, social e ambiental de novos destinos. A ação do governo atende diversos setores da economia do país, assim o turismo é também contemplado visando prover melhorias em solo nacional.

A regionalização é uma ação política governamental que alcança também o turismo. Projetos turísticos, que contemplam territórios regionais, como a Rota dos Tropeiros (PR) são exemplos de alternativas para o desenvolvimento local.

FIGURA 2 – CARTOGRAMA PROJETO TURÍSTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR)



FONTE: IBGE (2012)

Org.: PEREIRA, R. (2013)

O turismo deixou de ser essencialmente sol e praia, ou mesmo uma máquina de gerar rendas e divisas, e atualmente é alvo de reflexões sobre sua estruturação e sua contribuição para a efetivação de ações governamentais por meio de políticas públicas em diferentes e amplos territórios.

1.1 O TERRITÓRIO DA ROTA DOS TROPEIROS (PR)

A ciência geográfica tem caráter múltiplo de abordagem, representado pela diversificação de conceitos presentes nas análises, tanto no campo social quanto físico de investigação. As distintas concepções possibilitam a diversidade de enfoques, estudos e diálogos com outras ciências. Alguns conceitos dão base a novos estudos e são considerados centrais, tais como o conceito de território, que compreende as explanações sobre o projeto Rota dos Tropeiros por refletir essa pluralidade e caracterizar dualidades, através do físico e simbólico, sobre as ações empregadas na administração do citado território.

Conceitualmente, território é de tal relevância que Nates Cruz (p. 26, 2009) descreve que *“no hay pueblo sin territorio”*. Outro apontamento da mesma autora dispõe o território como *“escenario de poder, de gestión y de dominio del Estado, de individuos, de grupos y organizaciones”* (NATES CRUZ, p. 27, 2009).

Dentre os autores que conceituam o território, Haesbaert o apresenta como sendo elaborado através das relações de poder que perpassam o espaço geográfico, apresentando-se como “um dos principais conceitos que tenta responder a problemática da relação entre sociedade e espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 87). Percebe-se que o território deixa de ser analisado apenas no caráter físico de espaço delimitado, assumindo relação com as ações, percepções e representações humanas, tanto no âmbito individual como coletivo, bem como suas implicações e inter-relações com o meio.

Haesbaert (2004) considera que as implicações negativas nas abordagens do conceito de território acontecem quando este é alvo de uma reflexão a partir da separação do território e demais conceitos, sendo que este tem ligação com outros fatores, conforme dispõe:

Sociedade e natureza, como se o território não incorporasse uma base natural; Sociedade e Espaço, como se pudesse existir sociedade sem espaço; Espaço e Tempo, como se território, como espaço num sentido mais estático, pudesse ser separado do tempo, dos fluxos e do movimento; Materialidade e Imaterialidade, como se território fosse apenas a dimensão material da realidade; Político-Econômico e Simbólico-Cultural, como se território dissesse respeito apenas a dimensão política da sociedade; Território e Rede, como se o território não fosse composto, obrigatoriamente, por redes (o que mudou foi o grau de relevância deste elemento na composição dos territórios). (HAESBAERT, 2004 p. 87)

Segundo sugere o autor, território tem uma relação ambígua com os demais conceitos apresentados, pois se trata de um conceito central e essencialmente relevante, porém relaciona-se com as demais perspectivas e conceitos presentes na geografia, assim sendo, novamente se percebe, como ressalta o autor, que o território está presente nas diversas categorias de análise, de forma complementar a outros conceitos e não enquanto segmento à parte.

Santos e Silveira (2008, p 247 *apud* Teles 2011, p 28) dispõe de território como necessário de “levar em conta a interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana”.

Nessa perspectiva de interdependência e realizando um levantamento histórico sobre o conceito de território, sabe-se que o mesmo teve contribuições advindas de outras ciências, pois “apesar de ser um conceito central à Geografia, territórios e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas” (HAESBAERT, 2004, p. 89), como por exemplo Antropologia, Ciência Política, Psicologia e Sociologia, entre outras, demonstrando sua amplitude e complexidade.

O caráter múltiplo de aplicação do conceito de território nas categorias analíticas resulta das diversidades de fatores que o compõem. O território, no campo dos estudos da geografia cultural, não é tão abordado como no campo da geografia política, pois “o vínculo mais tradicional da definição de território é aquele que faz associação entre o território e os fundamentos materiais do Estado” (HAESBAERT, 2011, p 62).

Haesbaert (2004) classifica o território de acordo com quatro perspectivas, sendo: materialista; a visão relacional de território em Sack e Raffestin; perspectiva idealista; e, perspectiva integradora.

A primeira, de acordo com Haesbaert (2004) é entendida em seu caráter ontológico, ou seja, o território como categoria concreta, diferente da abordagem

epistemológica que utiliza o território como um recurso conceitual empregado pelo pesquisador. A concepção materialista, segundo o mesmo autor, tem essa visão porque desde a origem, que etimologicamente tem o termo derivado do latim, dispõe território como “terra” ou mesmo um pedaço de terra apropriado, ou seja, considera-se “uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico” (HAESBAERT, 2004 p. 93).

O território, na consideração de alguns autores, é considerado próximo à vertente econômica, como sendo a fonte de sustentação do homem, mais uma vez atribuindo ao território a concepção material que possibilita as ações do homem na sociedade. Outros entendem o território a partir das ações do Estado, estabelecendo-o como “entidade jurídica, administrativa e política” (GOTTMAN, 1952 p. 17, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 98).

A segunda percepção – a visão relacional de território em Sack e Raffestin – considerada por Haesbaert (2004) recente, porém clássica, direciona-se ao caráter absoluto ou relacional, sendo abordado “no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou “coisa” [...], dissociada de uma dinâmica temporal” (HAESBAERT, 2004, p. 99). O absoluto então tem ligação tanto à ideia do território enquanto material (físico) e componente de ações humanas, quanto definição de relações de poder ou “social-históricas” (idem, p.100), ou seja, a ideia de caráter relacional do conceito de território, que depende da visão do autor.

Críticas surgiram à referida ideia, dispondo que justamente pela abertura do conceito não houve discernimento sobre o substrato e o território enquanto “campo de forças” (SOUZA, 1995, p. 97, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 100). Porém, segundo Raffestin (1993, p. 59-60, *apud* Haesbaert, 2004, p. 101), o território é, a exemplo do espaço e do tempo, “um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ações dos trunfos”.

Assim, entende-se que o território é relacional por compreender tanto o campo físico, enquanto palco de ações, como também o campo simbólico, relacionado às considerações e aos significados do território nas ações sociais; afastando-se de qualquer visão simplista ou resumida de território.

Na terceira perspectiva – idealista –, o território é conceituado através de sua “natureza simbólica” (idem, p. 111), o que não deve ser considerado, segundo Haesbaert (2004), de forma singular em relação ao conceito que admite a materialidade do território.

Surge então a quarta perspectiva – a integradora –, que dá lugar às reflexões que abordam o território através da ideia de que este, segundo Haesbaert (2004, p. 112-113) “não pode ser considerado estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais [...]”.

A perspectiva integradora sugere que território deva ser trabalhado de forma conectada, nas áreas cultural, econômica e política, pois “pelo menos a nível pessoal ou de grupo precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 114).

O território, em outra leitura de Araújo e Haesbaert (2007), é então ao mesmo tempo concreto e abstrato, ou seja, é composto pelo espaço geográfico juntamente com o poder simbólico. Segundo tais autores, o território torna-se eficaz na construção de identidades dos sujeitos. A constituição do território, este que é “construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico” (ARAÚJO E HAESBAERT 2007, p 37), se dá a partir de três perspectivas:

[...] O território num sentido relacional e processual; [...] múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios com maior fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis e flexíveis; [...] conjugação entre ou num continuum que se estende desde os territórios mais funcionais até aqueles com maior carga (ou poder) simbólica (o). (ARAÚJO e HAESBAERT 2007, p 38)

Haesbaert (2004) compreende o território como relacionado às práticas sociais, considerando o contexto histórico e tendo como base as perspectivas apresentadas.

Para o autor, a perspectiva integradora do território, mesmo que “relativamente pouco comum” (idem, 2004, p. 116) evidencia “a necessidade de uma visão do território a partir da concepção de espaço como híbrido”, ou seja, é importante pensar o território no seu sentido múltiplo de relações de poder, tanto simbólicas, quanto econômico-políticas, e, culturais.

Santos (1998), defendendo a conceituação de território a partir do uso do mesmo, destaca que o seu entendimento é fundamental para distanciar-se da alienação e então evitar desastres futuros.

Assim, percebe-se que o território, tanto material quanto subjetivo, faz-se alvo de distintas ações, resultado das significativas e diferentes concepções. O mercado utiliza de forma direta o território material e indireta o subjetivo, muitas vezes não visivelmente atrelada esta ligação. Dentre os usos de território, o turismo é uma atividade que tem invariavelmente necessidade de relação direta e indireta com o território. Contudo, vale estabelecer uma reflexão sobre a concepção e o uso do território, principalmente a partir de políticas públicas institucionalizadas pelo Governo para desenvolver territórios turísticos.

A partir das elucidações a cerca do território, enquanto representação simbólica e também de caráter físico, percebe-se a estruturação de um território na Rota dos Tropeiros (PR), pois para a concepção de um destino turístico foram referenciados municípios com aspectos culturais essencialmente próximos, de cidades que tiveram a sua origem e desenvolvimento inicial a partir da participação da rota dos tropeiros, nos séculos XVIII e XIX.

Nesse momento cria-se o território da Rota a partir da ação política do Estado para compor um projeto de turismo regional. O território é administrado por uma instância de governança, que age para atender aos municípios integrantes. Vale perceber como se dá essa relação administrativa sobre um território de poder, primeiramente seguindo reflexões sobre as políticas públicas, apontadas a seguir em um estudo predominantemente conceitual.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Alguns apontamentos se fazem relevantes antes das elucidações a respeito das políticas públicas, tais como o conceito de política, poder e Estado. São reflexões breves que subsidiarão entendimentos posteriores.

A conceituação aristotélica, portanto clássica, desvela ser política tudo que está relacionado à *pólis* – derivação do grego para cidade. Logo surge o “*animal político*” – o homem, pois tem ligação total com as ações desenvolvidas “no” e “para”

o coletivo, tornando-se uma ação altamente necessária ao homem envolver-se pelos acontecimentos relacionados ao grupo. Partindo desse princípio, Bittar assim descreve a política:

[...] os modos de organização do espaço público, objetivando o convívio social. Tem relação, também, com as formas de gerenciamento da coisa pública, dos recursos a ela ligados, com as estratégias de definição de critérios para o alcance de fins comuns, com a eleição das molas propulsoras do desenvolvimento social [...]. Mais que tudo, política tem relação com distribuição do poder, pois, entre governantes e governados, uns estão incumbidos de distribuir para os outros.(BITTAR, 2011, p 12)

Com o passar dos anos o homem perde a aproximação com a política, na visão aristotélica de participação e discussão, e assim acaba oficializando e elegendo responsáveis para a referida prática, como se isso o deixasse marginalizado, autenticando e centralizando o poder da política.

A relação entre política e poder se repete no estudo de Reinaldo Dias (2010, p 2), pois quando o autor apresenta o conceito, o faz dispondo como “intimamente relacionado com a noção de poder. Isto é, quem faz política busca ou exerce o poder [...] com o objetivo de obter alguma vantagem pessoal ou coletiva”.

Max Weber (2011) desperta a reflexão sobre o sentido da política, uma vez que esse termo é utilizado e empregado com frequência nas atividades cotidianas. Conforme o próprio autor exemplifica, fala-se em política bancária, política de sindicatos, política para comunidades rurais e urbanas etc., para destacar a presença do conceito de política. Ao definir política, Weber (2011) a relaciona com a ação do agrupamento político denominado Estado e salienta tratar-se de uma relação de poder. Nas palavras do autor, é “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2011, p 56).

Recorrente nas explanações, o conceito de política está relacionado ao poder. Trata-se de uma ação social expressa de diferentes formas. O poder está presente na organização da sociedade desde as hierarquias sociais, bem como em qualquer associação composta de sujeitos, posto que “o poder pressupõe sempre uma relação entre duas ou mais pessoas” (DIAS, 2010, p 29). O exercício do poder, através da política é supremo a todos e faz a sociedade submetida, tornando-se “um

fator condicionante de existência, e, exatamente por isso, não pode ser ignorado” (BITTAR, 2011, p 21).

A efetivação do poder se dá por ser necessária a articulação de líderes para a manutenção e a organização de grupos. Assim o Estado, entendido como coletivo de pessoas, é apresentado como uma forma de poder, definido por Dias (2010) como *poder político*, ou *poder do Estado*, que atua como órgão maior diante da sociedade, sendo a “organização do poder na sociedade” (DIAS, 2010, p 50) e regendo leis e situações de convívio.

Na perspectiva governamental, as ações devem ser empreendidas para o benefício coletivo, resultando em melhorias para o grupo social. As políticas públicas exercem papel fundamental na organização das ações do Estado para atender os diferentes segmentos que compõem a sociedade. Aqui se retoma o caminho proposto da busca por pontuar de forma específica a ação do Estado para a sociedade através das políticas públicas.

De acordo com Souza (2006), o início da utilização do termo “políticas públicas” aconteceu enquanto disciplina acadêmica, que buscava analisar a efetivação das ações do Estado; esse estudo surgiu como uma ramificação da ciência política, que permitia aliar discussões sobre as ações governamentais, contribuindo para avanços na efetivação das ações do Estado. Essa abordagem norte-americana se distinguia da europeia, que tinha como foco, respectivamente, as discussões consideradas de maior base teórica. O desenvolvimento do referido termo teria acontecido em três momentos. Nas palavras da autora:

O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p 22)

Outro marco, também sugerido pela autora citada, é a Guerra Fria, pois com este evento se fez necessárias intervenções do governo mais específicas, com decisões e ações voltadas para enfrentar problemas públicos eminentes, “a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre

problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social” (SOUZA, p 23).

A partir da ideia de desenvolvimento do conceito de políticas públicas, são considerados grandes contribuidores para as discussões Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Respectivamente:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública) [...] como forma de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), [...] Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. (SOUZA, 2006, p 23)

A quarta contribuição, portanto Easton (1965), de acordo com Souza, se deu pela definição da política pública como “um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente” (SOUZA, 2006, p.23). Assim, entende-se que a efetivação se dá também com os resultados obtidos e não somente nas etapas de planejamento, sendo um sistema completo, mesmo quando os resultados não são satisfatórios. Tem-se que considerar as etapas de planejamento e implantação.

Nas análises sobre políticas públicas, portanto ações do governo para atender e organizar a sociedade faz-se de grande relevância refletir sobre o que se considera enquanto Estado e qual o papel deste. Serafim & Dias (2011) sintetizam parte dessas discussões em duas formas principais, sendo uma delas sobre o Estado exercendo centralidade na relação com a sociedade:

[...] o Estado teria um significativo grau de autonomia em relação à sociedade. As decisões seriam tomadas no âmbito estatal, respeitando ou não as demandas e necessidades sociais, e simplesmente

repassadas para a sociedade, por meio das políticas públicas. À sociedade caberia apenas acatar essas medidas. Seria como se o aparelho estatal (ou a máquina do Estado) fosse controlado por políticos e burocratas que tomariam as decisões de forma autônoma e as transfeririam para a sociedade, que as aceitaria obedientemente. (SERAFIG & DIAS, 2011, p 307)

Assim, de acordo com este modelo, a centralidade acontece de forma racional e burocrática, sem inter-relação decisória da sociedade. Porém, percebendo as elucidações anteriores, a ação política do Estado, ou seja, as políticas públicas têm maior eficácia partindo-se do princípio de que existe uma interdependência e interpelação de interesses (SERAFIG & DIAS, 2011). As ações são resultados “de interesses e indivíduos que conformam uma rede de influência mútua, em que as hierarquias reais nem sempre são as que formalmente se estabelecem.” (idem, p 312).

Seguindo as contribuições de Serafim & Dias (2011):

[...] o Estado não tem plena autonomia em relação à sociedade. [...] As relações que imprimem o padrão da interação entre Estado e sociedade são muito mais complexas do que essas concepções usualmente colocam. [...] Dependem das particularidades de cada país ou região, podendo assumir diversas formas específicas. Desdobram-se, por fim, atravessando as relações entre as esferas federativas (federal, estadual e municipal) e entre os canais da relação Estado-sociedade (funcional, material e político). (SERAFIG & DIAS, 2011, p 313)

As particularidades citadas complementam a ideia sobre o emprego da melhor conceituação de políticas públicas. Ao discorrer que não existe uma conceituação certa em detrimento de outras, ou seja, não se tem um modelo, Souza (2006) assim apresenta:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p 24)

Silva & Bassi (2012) apresentam como atribuição do governo, agindo no Estado de forma estratégica, ações para o bem coletivo da sociedade, que resultam de políticas públicas, que em consequência serão altamente relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade, nas diversas instâncias.

Somando-se às considerações anteriormente apresentadas relacionadas ao desenvolvimento de um olhar específico sobre as ações dos governos e localizando a análise sobre o contexto local, no Brasil, um momento importante na elucidação de novas ações direcionadas pelo Estado para a sociedade, teve salto com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu novos olhares para a questão de direitos civis.

Conforme considerações a seguir, no tópico que retoma o território e a relação com o poder autônomo do Estado paralelamente observando a relevância do poder local, percebe-se que o Estado é uma instituição que teve sua carga de responsabilidades aumentada, principalmente no limiar do século 20. A partir disso, o Estado se organiza e surgem políticas para atender diferentes frentes. Políticas públicas não são apenas empregadas para sanar problemas e calamidades. O governo investe em melhorias em campos antes abordados apenas pela parte privada. O turismo, maior exemplo para este estudo, é um segmento que passa a ser entendido como de interesse do Estado para viabilizar o desenvolvimento econômico e social.

A organização do Estado é efetivada a partir do poder de ação. A diante tem-se considerações sobre a autonomia de poder e sobre o poder local, para estabelecer, em paralelo, reflexões sobre a constituição de políticas públicas no tocante ao efetivo papel do Estado.

1.3 O PODER AUTÔNOMO DO ESTADO E O PODER LOCAL

Num desenrolar conceitual, Castro, baseada no texto de Michael Mann (1992, 2003), contemporiza a discussão do poder autônomo do Estado sobre o território. A relação entre Estado e território é tida como recorrente na geografia, e, nesta abordagem busca-se levantar a autenticidade do poder do Estado, isto é, o texto

discorre-se o poder por ele exercido advém de diferentes formas de domínio da sociedade.

De início a autora aponta que o território torna-se central no entendimento do poder do Estado uma vez que “o território confere substância ao Estado, que sem ele é uma figura jurídica, uma intenção, mas não uma realidade histórica e social” (CASTRO, 2009, p. 579). Seguindo, e buscando aprofundar essa análise, a teoria de Mann (*apud* Castro, 2009) assinala quatro fatores como fundadores do poder social, respectivamente: ideológico, econômico, militar e político. Esse estudo recorre ao século 18 e 19. No primeiro, preponderantemente, a origem do poder social tem raízes militares e econômicas. No século 19, o capitalismo toma conta e dá continuidade ao que era tido como domínio de caráter militar.

A formação do poder, inicialmente com características do militarismo torna-se “progressivamente autônomo”, ou seja, se a princípio o poder do Estado era garantido nas conquistas de novos territórios, através de guerras, essa conotação de território se torna cada vez mais central no poder social, assim, “diferente de outros atores do poder, os Estados têm uma distinção organizacional que está delimitada por um espaço geográfico particular”. (CASTRO, 2009, p. 581).

Para Mann, “o Estado é definido pelas suas duas partes essenciais: a centralidade e a territorialidade” (idem, 582), logo o território é central na concepção de Estado, e na democracia moderna o poder do Estado se concentra mais na organização infraestrutural, já se diferenciando de outrora, com a perspectiva militar. O poder infraestrutural é resultado, principalmente, da tecnologia, gerando questionamento, por parte do autor da teoria, sobre quem controla o Estado. Seguindo, têm-se, as possíveis respostas, distribuídas em três estágios: “a necessidade do Estado, a multiplicidade de funções e a sua centralidade territorial” (CASTRO, 2009, p. 583). Adiante, Castro (idem, p. 583), sentencia: “para ele, a natureza institucional, territorial, centralizada é a mais importante pré-condição do poder do Estado”.

A partir dos expostos, seguindo a ideia de poder social baseado na infraestrutura do Estado, cria-se um modelo de administração para atender a conjuntura social. A organização político-social do Estado é composta por órgãos específicos encarregados de atender, teoricamente, as necessidades sociais.

1.3.1 O Poder local

Na consoante de análise de gestão administrativa, Celso Daniel (1988), apresenta o poder local, descrito na perspectiva municipal, e o coloca como um conceito relevante para compreender as organizações político-sociais. Compreendem esse conceito o poder econômico e social local e o poder político local.

O poder econômico local é:

O conjunto de setores capitalistas cuja lucratividade depende dessas ações de regulamentação e de produção levadas a efeito pelo poder político local. [...] O exercício do poder econômico local é levado a efeito a partir de instituições específicas, que podem ser as próprias empresas, isoladas ou agrupadas, ou mesmo uniões formalizadas dessas empresas em associações representativas de seus interesses. (DANIEL, 1988, p. 29)

As representações do poder econômico são de interesse para fortalecer a representatividade junto ao poder político e assim pleitear melhorias favoráveis diretamente ao setor econômico. A organização do setor privado viabiliza a consolidação do poder econômico local, que por sua vez traz força ao município.

Vale ressaltar que essa organização não atende, necessariamente, as grandes indústrias, pois estas dificilmente se ocupam, ainda que estejam em solo municipal organizado, de decisões que abrangem o poder político local. Isto é, o interesse pela organização e consequente poder econômico local, surge das empresas “que contratam junto ao governo no local obras e serviços, ou que dependam diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal.” (DANIEL, 1988, p. 29)

O poder social difere do econômico por relacionar-se com o simbólico e não diretamente com o material. A partir da reunião de interesses sociais, torna-se naturalmente necessário que haja uma representatividade por parte da classe para buscar oficializar os interesses coletivos. O autor aponta pelo menos duas organizações: a elite e os movimentos sociais. De acordo com o texto, a primeira objetiva, baseada no discurso de tradição e esclarecimento, defender situações que alcancem suas necessidades. A segunda se organiza para sanar suas carências de diferentes cunhos, mas geralmente fundadas a partir de um descaso ou adiamento

para serem atendidas por parte do governo. A organização do poder econômico e social local buscam, cada um com seus respectivos interesses, obter influência sobre o poder político local.

O poder político local, que difere do poder local, concerne aos ambientes de governo e administração (prefeitura, câmaras), e tem uma relativa autonomia para o cumprimento de tarefas estabelecidas pelo Estado. A autonomia municipal é relativa e garantida, e, se apresenta a partir da escolha, através do voto, dos governantes municipais, bem como da disposição de verbas repassadas pela União; também sendo reduzida no âmbito da economia, devido à crise que atinge as contas públicas municipais em grande parte dos casos – sendo quase sempre a raiz na diferença dos níveis de recursos (arrecadação por parte do sistema tributário) e gastos locais. (DANIEL, 1988)

1.3.2 Descentralização

Uma medida que surge para discutir a organização política é a descentralização, que por sua vez:

[...] torna-se então a demanda e opção defendida para desbaratar as obstruções autoritárias e burocráticas do Estado, ampliar e diversificar os espaços para o exercício dos direitos e liberdades civis, a autonomia da gestão municipal, a participação, o controle e a autogestão cidadina no contexto da vida cotidiana. (MASSOLO, 1988, p. 42)

Alejandra Massolo (1988) discorre sobre o assunto apresentando, no cunho histórico, de que forma alguns países europeus buscaram a reforma interna no funcionamento do Estado. Segundo ela, países como França, Itália, Espanha e Inglaterra já debatem esse tema desde a década de 70. Tornou-se importante essa discussão para a “redistribuição mais eficiente dos escassos orçamentos públicos e para reverter tendências globalizantes dos projetos de planejamento” (MASSOLO, 1988, p. 41). Essa busca se dá posteriormente ao período pós-guerra, onde não se tem a perspectiva de grande crescimento econômico, mas esses países desenvolvidos se encontram em um momento de crise onde o Estado enfrenta restrição financeira.

Torna-se uma discussão sobre a eficácia da descentralização dada a complexidade das realidades locais, bem como ao ser apontada como uma alternativa, mas que dificilmente será a solução porque não consegue eliminar problemas como, por exemplo, a burocratização. Porém essa possibilidade também foi suscitada, enquanto alternativa de organização para fins regionais nas palavras de Castro:

Também os regionalismos, definidos como mobilização política de base territorial, frente ao poder central do Estado, no sentido de reivindicar autonomia ou a afirmação de uma cultura ou de um particularismo regional, constituem a expressão de interesses políticos que se organizam em recortes territoriais específicos. (CASTRO, 2009, p. 587)

O anseio pela organização regional se estabelece através da percepção de que, existindo interesse de pares fronteiriços, a busca por benefícios, através da representatividade regional, alcança maior visibilidade, provendo recursos que atendam em base todos os envolvidos.

Retomando o objeto de pesquisa, a descentralização buscada pelo órgão nacional de turismo no Brasil vai ao encontro do exposto à medida que a proposição é estabelecer uma identidade regional que represente os municípios envolvidos, para que estes sejam atendidos através de programas e projetos de cunho público.

1.4 ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO

O turismo é concebido enquanto expoente atividade econômica, por arrecadar grandes divisas. Conquanto se tenha conhecimento desta afirmação, a atividade turística também é relevante nos aportes social, ambiental, cultural, histórico etc. O turismo envolve e atinge diferentes atores, pois sua consolidação acontece a partir da combinação de fatores diversificados. Sabe-se que o turismo agrega valor econômico, sendo um mercado global, contudo, suas possibilidades vão além do viés econômico (TRIGO, 2003).

Os novos enfoques também ressaltam a preocupação com a questão ambiental e/ou social, e em muitos casos, demonstram insucessos com a

manipulação do meio, o que permite visualizar esta atividade enquanto impactante. Percebe-se que finalmente o turismo passou a ser encarado além das receitas econômicas, sendo discutido junto a problemas de ordem naturais, culturais entre outros; conseqüentemente, o planejamento turístico aparece como resposta à minimização dos efeitos negativos (HALL, 2004).

1.4.1 Planejamento turístico

Para que aconteça a atividade turística, o planejamento torna-se essencial, pois através dele que se dará base à implantação, administração e concretização do turismo em determinado local. Hall (2004, p 24), ao propor explicações sobre o que é o planejamento, o apresenta como sendo “um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais”. Esse conjunto de decisões, proposto pelo autor, diz respeito à complexidade de elementos essenciais para dar base ao deslocamento de indivíduos, bem como na estruturação do local que recepciona visitantes, agregados aos serviços indiretos que permitem a organização do turismo (infraestrutura básica do local).

Conceituando planejamento, Petrocchi (1998) o apresenta enquanto acepção do destino idealizado, com o estabelecimento prévio de ações para se alcançar a materialização da atividade, tratando-se de um processo altamente relevante e necessário, que se localiza anterior à tomada de decisões. Assim, o planejamento aborda todas as fases e etapas da implantação da atividade turística, pensando também na pós-estruturação, com os impactos possíveis.

A definição de futuro desejado tem diferentes concepções no turismo, contudo a organização mais conhecida e aplicada é o planejamento estratégico é definido por Beni (1997) da seguinte maneira:

ocupa-se de decisões que, em matéria de desenvolvimento turístico, são tomadas pelas mais altas autoridades do setor como ministros e secretários de Estado ou os diretos de órgãos nacionais, estabelecendo os grandes eixos ou bases do desenvolvimento turístico e podendo ser definido como o processo destinado a determinar os objetivos gerais, as políticas e as estratégias que

nortearão os aspectos referentes aos investimentos, ao uso e ao ordenamento dos recursos utilizáveis para esse fim. (BENI, 1997, p. 112)

Seguindo esse conceito, o planejamento estratégico é realizado com a elaboração de um documento chamado plano, que conta com programas e projetos, respectivamente. O plano apresenta as ações; o programa direciona a realização das ações; e, os projetos norteiam a operacionalização. O plano “direciona ações públicas, estabelecendo as regras para que a atividade turística se concretize em municípios, estados, regiões ou países [...]. São planos complexos porque precisam estar em sintonia com o plano diretor da localidade” (BRAGA, 2007, p 12-13).

A participação do Estado no setor turístico se torna importante por organizar e estruturar as ações através da política nacional. É crescente o interesse, por parte da iniciativa privada e do terceiro setor, em investir e valorizar o turismo, contudo é relevante que a responsabilidade do Estado seja eminente e não contrária às citadas, pois iniciativas, quando distantes de políticas públicas, resultam em fracassos; fato que elucida não somente a participação direta do Estado, mas a essencialidade de suas diretrizes (ULTRAMARI & DUARTE 2009).

Ao falar do planejamento turístico no Brasil, Barretto (1996), esclarece que a Política Nacional de Turismo foi elaborada no ano de 1966, mas o documento Política Nacional de Turismo é publicado onze anos mais tarde. Ainda em 1966, um decreto-lei criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, CNTur e EMBRATUR, respectivamente. Posteriormente, linhas de créditos, FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo), FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) e Fiset (Fundo de Investimento Setorial) são criados para prover recursos financeiros para atender empreendimentos, obras e serviços relacionados ao setor turístico (Barretto, 1996).

Políticas que atendam o setor turístico no país datam de algumas décadas, mas o Ministério do Turismo (Mtur), maior órgão do setor, foi criado apenas em 2003 e desde então lança os documentos de planejamento.

O Plano nacional 2003/2007, do qual fazia parte o Programa de Regionalização do Turismo, lançado a partir das diretrizes políticas, indicou como objetivo a descentralização dos destinos. Todavia, buscou-se estruturar novos lugares para valorizar a diversidade natural e cultural do país, provendo desenvolvimento distribuído pelo território nacional.

Mais tarde, o Mtur lança o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, intitulado como “Uma viagem de inclusão”, que tem por objetivo dar continuidade ao plano anterior. Concomitantemente à descentralização, e com novas metas e objetivos, o novo plano busca aumentar as divisas e promover a inclusão social.

Os objetivos específicos estão relacionados à estruturação de novos destinos, possibilitar condições para novos investimentos, especializar e qualificar a mão de obra inserida etc. Porém, percebe-se que a intenção é dar apoio na estruturação e gestão descentralizada. Em consonância ao plano nacional, a Secretaria de Estado do Turismo de Paraná (SETU) desenvolve e articula o turismo no Estado por meio do plano estadual 2008-2011, atendendo aos objetivos nacionais.

A descentralização tem maior enfoque no planejamento e para que isso ocorra torna-se necessário a organização regional. Com a estruturação de novos destinos criam-se instâncias de governanças para administrar os territórios turísticos.

1.4.1.1 Instâncias de governanças

A figura a seguir ilustra a organização estrutural do turismo:

FIGURA 3 - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL



FONTE: SETU, 2009

A consolidação de uma instância de governança acontece para institucionalizar a organização de um grupo de interesses: As instâncias de governança do turismo “constituem-se em espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável” (SETU, 2009, p. 15)

O Mtur, no documento “Institucionalização da Instância de Governança Regional” (2007), define as instâncias de governança como organizações que podem ser de cunho privado, público, ou mesmo com participação dos dois setores em conjunto. Podem fazer parte: “empresas, associações, agências locais e regionais de governo, centros tecnológicos, universidades, agências de desenvolvimento etc.” (idem, p. 16).

Esse documento também oficializa a definição de instância de governança regional, contida no Programa de Regionalização do Turismo, como: “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional.” (MTUR, 2007, p. 16)

Sobre as responsabilidades das instâncias de governança o documento dispõe que as mesmas passam a definir prioridades e assumem a coordenação das decisões, juntamente com o planejamento e a execução das atividades para que se estabeleça o desenvolvimento turístico na região a qual se cerca.

Os objetivos e estratégias, descritos no documento, para que haja a institucionalização de uma instância de governança devem ser:

- criar comunicação regional para a operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil;
 - coordenar todo o processo da regionalização do turismo de uma região turística;
 - descentralizar as ações de coordenação do processo, deslocando-as da União para o Estado, e deste para as regiões turísticas.
- As estratégias para alcançar tais objetivos são:
- organizar e coordenar os diversos atores para trabalhar com o foco centrado na região turística, de modo a considerar as especificidades de cada município;
 - avaliar e apoiar os projetos elaborados pelos diversos agentes do processo de consolidação da região turística, quando necessário;
 - mobilizar parceiros regionais para integrarem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil;
 - participar do planejamento e apoiar a gestão dos roteiros e produtos turísticos;
 - integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais;

- realizar o planejamento, o acompanhamento, a monitoria e a avaliação das estratégias operacionais do Programa no âmbito regional;
- captar recursos e otimizar seu uso. (MTUR, 2007, p. 20)

Dentre as competências referidas à instância de governança municipal destacam-se:

- promover a integração e cooperação entre a população envolvida no processo de regionalização do turismo;
- articular parcerias e negociar recursos técnicos, normativos e institucionais com as diferentes esferas do poder público, empresários e organismos internacionais para apoiar a implementação do Programa de Regionalização do Turismo em âmbito regional;
- promover a integração de ações intra-regionais e interinstitucionais;
- planejar as estratégias operacionais do Programa no âmbito da região, em conjunto com as organizações sociais, políticas e econômicas, integrando as ações estaduais e nacionais;
- monitorar e avaliar a implementação do Programa, em âmbito regional. (MTUR, 2007, p. 24)

Segundo o documento “Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná” as formas de instâncias de governança mais comuns são: Fóruns, Conselho, Associação e Agencia de Desenvolvimento. A última, e mais relevante para a presente pesquisa, é caracterizada da seguinte maneira:

Organização técnico-institucional de caráter executivo que atua na identificação, elaboração, implementação e monitoramento de projetos de desenvolvimento setorial ou territorial.

Sua estrutura organizacional é composta normalmente por: Assembléia Geral; Presidente e Vice-Presidente; Administração; Conselho Fiscal; Superintendente ou Diretor Executivo e quadro técnico.

Os aspectos mais relevantes de uma Agência são:

- Ser aceita e entendida pelas estruturas políticas e institucionais;
- Traduzir todos os seus objetivos em projetos e atividades concretas;
- Coordenar esforços com outras organizações regionais já existentes;
- Mobilizar os recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à sua estrutura básica e necessários à implementação de novos projetos;
- Ter autonomia e independência institucional necessárias para tomar suas próprias decisões no contexto regional;
- Revelar forte empenho do pessoal técnico, de modo a obter resultados concretos. (SETU, 2009, p. 20).

A instância de governança, na representação de agência de desenvolvimento, atua no território da Rota dos Tropeiros (PR) articulando o turismo e integrando município e iniciativa privada, visando desenvolver a região. A mobilização de recursos financeiros auxilia na manutenção da agência, como também na proposição das ações de marketing e treinamentos.

A descentralização ratifica a importância do poder local e poder político local. Embora relacionado ao turismo em âmbito regional, a partir da organização e representação municipal concretamente estabelecidas, a região se fortifica em consequência.

A partir do que foi abordado, estabelecendo reflexões sobre o território, políticas públicas, poder local e planejamento turístico – conceitos diferentes, porém complementares – no próximo capítulo, localizado na segunda parte da pesquisa, poderá ser observado a idealização e aplicação do planejamento turístico que visa a descentralização de destinos turísticos.

PARTE II – A ROTA DOS TROPEIROS

2 ESTRUTURAÇÃO E ATUAL REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Retomando a constituição do planejamento turístico e da organização do turismo por meio dos Planos Nacionais sabe-se que a EMBRATUR¹, anterior a criação do MTUR, trabalhou o turismo buscando dar base aos municípios com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Buscou-se desenvolver os municípios para descentralizar os destinos já estruturados, criando opção de economia e reconhecimento da cultura e/ou belezas naturais diversificadas no país.

Lançado em 1994, o PNMT tinha como objetivos:

Promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros, trabalhando com a auto-estima do cidadão local, com a estruturação e organização de segmentos que têm impactos diretos na atividade turística regional, com o resgate de valores sociais, históricos, culturais e políticos dos municípios que detém potencial para o desenvolvimento do turismo, e com o desenvolvimento de um pensamento estratégico coletivo que permite à comunidade traçar um cenário ideal e propício para o desenvolvimento da atividade. (ABRASIL, 2013, s/p)

As informações citadas tem como referencia o *website* da ABRASIL, que é mantido pelo Ministério do Desenvolvimento e possibilita a visualização de programas, bem como das avaliações, realizados pelo governo federal. Também é de informação do site que o PNMT atendeu pelo menos 497² municípios até o ano 2002, data de encerramento.

Teoricamente os objetivos eram bastante abrangentes e atingiam várias frentes, haja vista a possibilidade de atender a cultura e meio ambiente, por exemplo.

¹ EMBRATUR: é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. [...] Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. (BRASIL, 2013, s/p)

² Segundo o site, o país tem 1.800 municípios com potencial turístico, sendo assim o PNMT atendeu cerca de um terço do total. (ABRASIL, 2013)

Uma das ações era a capacitação de pessoas para trabalhar o potencial turístico, porém, de acordo com o relatório, as atividades realizadas para capacitação municipal tiveram impedimento de melhor resultado devido a fatores como recursos contingenciados e dificuldades de gestão, este último se deve às imposições burocráticas que não refletiam as realidades municipais. (ABRASIL, 2013)

Outro grande marco para a descentralização de destinos foi o Programa de Regionalização intitulado “Roteiros do Brasil”. Com relação ao PNMT, o “Roteiro do Brasil” não foi de continuidade imediata, pois não se tratava de um documento sequencial, mas que foi, posteriormente, adaptado e desenvolvido junto ao Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

2.1 PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO “ROTEIROS DO BRASIL”

Em 2003, através do MTUR, que sucedeu a EMBRATUR no planejamento e gestão do turismo no país, surge o Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Os objetivos gerais eram:

- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais.
 - Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.
- (BRASIL, 2003, p. 21)

Nos objetivos específicos encontram-se, entre outros: “Dar qualidade ao produto turístico; Diversificar a oferta turística; Estruturar os destinos turísticos” (Brasil, 2003, p. 22). Estabelecidos os objetivos, percebe-se o anseio de dar auxílio estrutural a novos destinos.

Faziam parte do PNT 2003-2007 sete macroprogramas: 1. Gestão e Relações Institucionais, cujos principais objetivos eram: a integração das plataformas nacional, estaduais e municipais e avaliação dos resultados do PLN; 2. Fomento: ocupava-se principalmente de investimentos e financiamentos; 3. Infraestrutura: relacionava-se a melhoria das condições para implantação de equipamentos turísticos; 4. Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, objetivava o aumento de produtos turísticos de qualidade; 5. Qualidade do Produto Turístico, promovendo a certificação da

qualidade dos produtos e serviços; 6. Promoção e Apoio a Comercialização, por sua vez foi criado para aumentar o número de turistas através da promoção das diversidades culturais e naturais do país; e 7. Informações Turísticas, criado, através de fontes de dados, para conhecer a oferta turística e dar suporte à comercialização do destino brasileiro. (BRASIL, 2003)

Visando complementar o PNT 2003-2007, em abril de 2004, o MTUR apresenta o Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”, este que está inserido no macroprograma 4 “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”.

A proposta de descentralização propõe pensar o turismo além das fronteiras municipais, percebendo as similaridades que formam um território. Para que isso ocorra, a governança, organizada e integrada, se faz necessária, pois “essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento” (BRASIL, 2004, p. 11).

Foram apresentados os seguintes objetivos:

- . dar qualidade ao produto turístico;
- . diversificar a oferta turística;
- . estruturar os destinos turísticos;
- . ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- . aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- . ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional;
- . aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista. (BRASIL, 2004, p. 11)

As estratégias relacionavam-se a consolidar estruturas, atingindo o âmbito municipal, regional, estadual e nacional. Para isso foram direcionadas linhas de ações específicas com as respectivas ações coordenadas:

Estratégia	Ação Coordenada
Gestão coordenada	Organização de uma infraestrutura política, técnica e administrativa que permita tanto a execução competente da proposta como a busca de investimentos específicos e

	compatíveis com o estilo de gestão baseado no compartilhamento e participação, nas parcerias e articulações. ³
Planejamento integrado e participativo	Nas estratégias do processo de regionalização, o espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não meramente espaço físico. Assim, planejar e estabelecer seu modelo de desenvolvimento implica o reconhecimento das particularidades territoriais nos planos econômico, político, social, cultural e ambiental. Nessa perspectiva, a participação representativa dos municípios e das regiões é determinante, por se tratar de uma tarefa coletiva de interesses comuns.
Promoção e apoio à comercialização	Nessa etapa, desenvolvem-se a relação de mercado dos agentes locais; reforçam-se ou estabelecem-se a integração dos arranjos produtivos locais e regionais; definem-se os padrões de qualidade dos produtos e serviços; promovem-se a qualificação e requalificação dos

³ Nas ações coordenadas, buscando atingir todas as esferas, a organização e coordenação por parte das respectivas instituições e ações correspondentes, assim define a abrangência regional: instância a ser definida e estruturada no processo de implementação do Programa, apoiado pelo órgão estadual de turismo e pelo Fórum Estadual de Turismo:

- . Mobilização do conjunto de parceiros para a adesão ao Programa;
- . Integração das ações intra-regionais e interinstitucionais de modo a se constituir uma instância gerenciadora destas nas regiões;
- . Planejamento das estratégias operacionais do Programa no âmbito da região, em conjunto com as organizações sociais, políticas e econômicas, integrando as ações estaduais e nacionais;
- . Acompanhamento e avaliação das etapas de execução. (BRASIL, 2004, p. 15)

	profissionais e dos prestadores de serviços turísticos; provocam-se o ordenamento e disponibilizam-se diretrizes e normas para a organização dos diferentes segmentos; ampliam-se os vínculos de relações entre pessoas, criando redes humanas capazes de articular mudanças nos modelos econômicos e sociais em curso, de modo a provocar o redirecionamento das políticas públicas voltadas para os diferentes espaços territoriais.
--	--

QUADRO 1 – ESTRATÉGIAS E AÇÕES COORDENADAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL

FONTE: BRASIL (2004)

ORG.: a autora

Depois do PNT 2003-2007, foi disponibilizado pelo governo o documento PNT 2007-2010 “Uma viagem de Inclusão” e a regionalização torna-se um macroprograma, ou seja, de maior abordagem e ênfase. A proposta do citado macroprograma é “uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridade e especificidade de cada região.” (BRASIL, 2007, p. 67)

Assim sendo a regionalização segue enquanto uma das prioridades do governo que no tange o setor do turismo. Em paralelo à organização nacional, o Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Turismo (SETU), desenvolveu o Plano Estadual de Turismo (2008-2011) seguindo as diretrizes nacionais.

Retomando o programa Roteiros do Brasil, esse, por sua abrangência, tem repercussão devido as ações voltadas a regionalização que incentivou e fortaleceu o desenvolvimento de muitos destinos e rotas turísticas. O caso da Rota dos Tropeiros é um exemplo, posto que o planejamento e as ações se intensificaram com o apoio do governo nacional e estadual respectivamente, como pode ser visualizado na sequência da pesquisa.

2.2 PROJETO ROTA DOS TROPEIROS (PR)

O turismo no Estado do Paraná, de acordo com o *site* da Secretaria de Estado do Turismo (SETU, 2012), está dividido em dez regiões: Litoral do Paraná, Rotas do Pinhão (Curitiba e Região Metropolitana), Cenários do Tempo (Campos Gerais), Norte do Paraná, Caminho das Águas (Noroeste do Paraná), Riquezas do Oeste, Iguassu & Caminhos do Lago Itaipu, Estradas e Caminhos (Centro do Paraná), Vales do Iguaçu (Sudoeste do Paraná) e Terra dos Pinheirais (Centro-Sul do Paraná).

A região dos Campos Gerais (Região turística Cenários do Tempo) tem sua história de desenvolvimento composta pelo ciclo do Tropeirismo. O anexo 1 remonta, de forma sucinta, o que foi esse momento que, em linhas gerais, estabeleceu um importante ciclo econômico e cultural para diferentes regiões distribuídas, no Brasil, pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A partir do apelo histórico e cultural desse movimento teve-se a iniciativa de propor uma rota turística que envolvesse os municípios aos quais tiveram a marca do tropeirismo no estado do Paraná. Em nota dirigida à imprensa (ANEXO 3), na época do lançamento do projeto Rota dos Tropeiros, foi divulgado tratar-se de uma idealização vinda de um diagnóstico cultural realizado pelo SEBRAE-PR, no ano 2001; porém, um plano de trabalho foi desenvolvido por Carlos Roberto Solera e Eduardo Zardo, dando início ao atual projeto. Assim, a Rota dos Tropeiros foi planejada para integrar os municípios e torná-los um destino baseado em uma identidade comum, o tropeirismo.

O projeto Rota dos Tropeiros é resultado da ação em conjunto da SETU, SEBRAE-PR e AMCG e os municípios que fazem parte. Criado para integrar a região, o projeto visava dar qualidade na prestação dos serviços turísticos. Buscou-se oferecer cursos de capacitação profissional, divulgação regional, realização de feiras e eventos, formatação de roteiros e pacotes turísticos, e, estruturação da sinalização turística.

Lançado no ano 2003, no dia 13 de maio do mesmo ano, conforme convite no ANEXO 2 aconteceu uma cerimônia e jantar para anunciar o projeto. Estavam presentes representantes municipais e da iniciativa privada.

Os dezesseis municípios que compõem o projeto são: Arapoti, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Castro, Carambeí, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Rio Negro, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi.

FIGURA 4 – MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O PROJETO ROTA DOS TROPEIROS (PR)



Org.: a autora.

Buscou-se estruturar a região para que cada município pudesse oferecer seus serviços e produtos, direta ou indiretamente ligados ao tropeirismo, de forma independente, porém interligada, a partir do caráter regional.

Para facilitar a oferta do projeto Rota dos Tropeiros foram organizados roteiros que envolviam diferentes seguimentos de turismo. As opções dispostas no portal eletrônico da Rota dos Tropeiros são:

Roteiro	Segmento	Cidades
Roteiros dos Imigrantes: Rota Holandesa	Cultural e Rural	Carambeí, Castrolanda, Castro e Arapoti
Musa das Flores e Os Pinheiros do Paraná	Cultural e Rural	Curitiba, Lapa, Campo do Tenente e São José dos Pinhais
Horizontes Paranaenses	Cultural e Rural	Curitiba, Balsa Nova, Lapa e Ponta Grossa
Curitiba Rota do Pinhão	Cultural e Rural	Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo
Roteiros dos Imigrantes: Rota Eslavo-Germânica	Cultural e Rural	Witmarsum (Palmeira), Prudentópolis e Colônia Entre Rios (Guarapuava)
Rota do Pinhão: Educação Natureza e Lazer nos Campos	Ecoturismo e Rural	Curitiba, Araucária e Campo Largo
Roteiro Cicloturístico de Castro	Cicloturismo	Castro
Rota dos Tropeiros	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Rio Negro, Mafra (SC), Campo do Tenente, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Tibagi
Natureza e História na Rota dos Tropeiros	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi
Rota dos Tropeiros Cultural	Cultural; Rural e Ecoturismo	Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Tibagi
Roteiro "Campo Gerais do Paraná: Encante-se"	Cultural e Aventura	Ponta Grossa, Tibagi e Carambeí

QUADRO 2 – SEGMENTOS TURÍSTICOS NA ROTA DOS TROPEIROS

FONTE: ROTA DOS TROPEIROS (2011)

ORG.: a autora

Uma consideração relevante atenta para o fato de envolver inclusive municípios que não fazem parte do projeto turístico Rota dos Tropeiros, mas que possibilitam a prática turística no viés regional, consequência da busca de desenvolvimento regional integrado. Outra ponderação é que os citados roteiros são explorados por Agências e empresas (setor privado) ligadas ao setor de turismo.

Surge um impasse, pois a AMCG trabalha com o setor público e sabe-se que o turismo acontece de forma integrada, necessitando o envolvimento do setor privado. Logo, é fundada a Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros

(ADTCG⁴), a instância de governança que atualmente trabalha a Rota dos Tropeiros e que será melhor abordada no próximo capítulo.

⁴ ADTCG é a atual sigla oficial utilizada pela Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais. Porém há conhecimento das siglas ADRT (Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros), que inclusive é utilizada no *web site* oficial, e ADTCRTP (Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros do Paraná).

3 GOVERNANÇA DA ROTA DOS TROPEIROS (PR)

No início do projeto Rota dos Tropeiros (PR), a AMCG foi a instituição administrativa responsável pelo projeto. A partir do envolvimento do setor privado houve a criação de uma agência de desenvolvimento para atuar frente ao projeto. O início e atual administração estão detalhados nas divisões que seguem esse capítulo.

3.1 AMCG

A AMCG “é um órgão de representação municipal e microrregional, sendo constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos” (AMCG, 2013, s/p). Trata-se de uma associação que atende dezoito municípios da região dos Campos Gerais. Em princípio o projeto turístico Rota dos Tropeiros (PR) estava sob responsabilidade da AMCG, que, desde o início, pretendeu articular os municípios circunscritos na região, que possuísem o crivo do tropeirismo no desenvolvimento histórico e cultural.

Por se tratar de uma entidade que visa atender Prefeituras, a AMCG trabalhou o projeto nos municípios diretamente com o poder público. Possibilitou programas de treinamento, encaminhou assessorias do SEBRAE-PR para os municípios, realizou reuniões, participou de eventos de promoção e divulgação etc.

Passado alguns anos percebeu-se a necessidade de incluir a iniciativa privada, pois a participação de prestadores de serviços e terceiro setor é essencial para o planejamento e execução das ações de melhorias. Surge a ideia de criar uma agência que estivesse incumbida de atender tanto o setor privado quanto dar continuidade ao trabalho junto ao setor público. Nesse momento surge a Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros do Paraná, conhecida como Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais, ou ADTCG.

3.2 ADTCG

Procurando atender de forma mais completa o turismo, no dia 07 de março de 2007 aconteceu a Assembleia de Fundação da ADTCG (conforme convite no ANEXO 4).

Segundo consta na ata da Assembleia, (ANEXO 5) no dia, além da aprovação do estatuto, foi eleito a diretoria e o conselho fiscal, sendo: diretor presidente o Sr. Nicolaas M. Nienhuys.; o mandato estabeleceu-se entre 07/03/2007 à 07/03/2009. A segunda eleição teve como diretor presidente o Sr. Douglas F. Costa; e mandato de 34/03/2009 à 24/03/2011. A terceira e atual presidência é executada também pelo Sr. Douglas F. da Costa; o mandato segue de 26/04/2011 à 26/04/2013.

A estrutura organizacional é composta por assembleia geral (órgão soberano com posto por associados, diretoria, conselho fiscal e conselho consultivo. A ADTCG é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que tem a finalidade de atender, também a parte pública, mas com ênfase na participação privada e do terceiro setor. Assim, atualmente, a administração do projeto acontece pela ADTCG, com o apoio da AMCG.

A missão estabelecida pela ADTCG sobre o projeto é "estimular a demanda de produtos turísticos da Rota dos Tropeiros por meio de ações de marketing integrado, propostas e projetos que gerem recursos para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos" (ADTCG, 2012 s/p).

Para a manutenção financeira da ADTCG, as empresas pagam uma mensalidade. Um dos benefícios de associar-se é a divulgação da empresa e dos pacotes turísticos comercializados no site da Rota dos Tropeiros.

São associados as seguintes empresas:

SETOR	EMPRESAS
Agencias e Operadoras Turísticas	Guartelá Ecoturismo - Tibagi Turismo (Tibagi)
Associações	- APROART - Associação Pró-Arte Telemacoborbense (Telêmaco Borba); - CASTROTUR - Associação Das

	Empresas De Turismo De Castro (Castro).
Artesanato	- APROART - Associação Pró-Arte Telemacoborbense (Telêmaco Borba); - ATIART - Associação Tibagiana De Artesanato (Tibagi).
Eventos	EMPÓRIO AVENIDA (Ponta Grossa)
Gastronomia	- Churrascaria Lugano (Ponta Grossa); - Churrascaria Dal Col (Telêmaco Borba); - Restaurante Menegatti (Carambeí)
Meios de Hospedagem	- Hotel Fazenda Das 100 Árvores (Castro); - Hotel Itagy (Tibagi); - Hotel Planalto - Hotel E Eventos (Ponta Grossa); - Itaytyba Ecoturismo (Tibagi); - Parque Pousada Do Canyon Guartela (Castro); - Yamauti Hotel (Piraí do Sul).

QUADRO 3 – RELAÇÃO DE EMPRESAS ASSOCIADAS À ADTCG

FONTE: ADTCG (2013)

ORG.: a autora

A partir do dia 04 de julho de 2011 a razão social da agencia passou a ser: Agencia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Região dos Campos Gerais e da Rota dos Tropeiros do Paraná, ou “ADTCG”.

Sendo a ADTCG uma agencia que trabalha com setor privado e segue no acompanhamento e atendendo ao setor público, trabalho inicialmente realizado pela AMCG, para compreender mais diretamente o trabalho desenvolvido junto aos órgãos municipais de turismo, no próximo capítulo serão apresentadas reflexões resultadas das entrevistas realizadas com a gerencia da ADTCG e com representantes municipais.

4 ROTA DOS TROPEIROS (PR): IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

4.1 A ROTA DOS TROPEIROS (PR) PARA A ADTCG: INÍCIO E AVALIAÇÃO SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO

Para entender a consolidação do projeto Rota dos Tropeiros (PR), bem como a sua administração, foi realizada uma entrevista com a gerente da ADTCG, abordando aspectos relacionados à criação do projeto, à administração atual e a relação com os municípios, conforme consta nos apêndices, o tópico guia (APÊNDICE A 1), bem como as respectivas respostas (APÊNDICE A 2).

Visando entender como aconteceu o processo de planejamento e implantação foi possível perceber, através da entrevista, que a iniciativa do Governo nacional buscou estruturar realidades locais e regionais. Um viés notado foi que a partir de criação do projeto, em escala nacional, os municípios buscaram adaptar-se, ou seja, o projeto surgiu a partir de um planejamento macro e para ser implantado foi necessário que os municípios entrassem em harmonia com o projeto já criado. Assim, observando um plano nacional, muitos municípios, apoiados pelo potencial turístico, demonstraram interesse, sem, contudo, ter planejamento turístico desenvolvido ou estrutura para implantar a atividade turística, o que, com o passar dos anos, fez diminuir o interesse e a participação da maioria dos municípios.

Seguindo a entrevista, foi questionado sobre como acontece a administração do projeto, tendo como resposta o apontamento para articulação e integração entre os municípios, bem como o trabalho de divulgação da região e a oferta de cursos de capacitação, porém com pouco interesse dos municípios.

A articulação e a integração se fazem necessárias, contudo acontecem em pequeno número, uma vez que são poucos os municípios que se dispõem a realizar as ações pré-definidas. A participação nas reuniões e ações da ADTCG conta com poucos (e sempre os mesmos) municípios.

Com esses apontamentos, a gerência da ADTCG avalia como um início marcado por pontos negativos, como a visão empresarial que investe no turismo pensando em curto prazo, querendo obter retorno imediato, sendo que se trata de um projeto que demanda ações integradas entre o poder público e privado, que não se estabelecem com a rapidez desejada. Contudo, avalia-se por parte da gerência,

como um trabalho que também conta com resultados positivos, ainda mais quando se consideram fatores como pequena equipe na administração e recursos financeiros limitados, pois existe, ainda que em pequena escala, dado o tamanho do projeto, a integração entre alguns municípios.

Há que se reforçar que o turismo é concebido como atividade exclusivamente mercantil pela maioria dos empresários, pois se pensa o turismo enquanto alternativa muito rentável em curto prazo. Em alguns casos o retorno é imediato, contudo geralmente trata-se de uma alternativa que consome o espaço sem planejamento, causando benefícios temporários e resultados catastróficos.

A participação deve ser mútua e constantemente revisada, tanto por parte do poder privado como poder público. O setor empresarial é necessário ao turismo e os municípios têm responsabilidades e interesses sobre a atividade turística; nessa relação as instâncias de governança são criadas para dar apoio constante ao governo municipal e, no caso da agência, integrar paralelamente o setor privado.

A partir das considerações que surgiram por parte da instância de governança que atende ao projeto, se faz relevante estabelecer um diálogo com as representações municipais, conforme segue o próximo tópico.

4.2 A ROTA DOS TROPEIROS NOS MUNICÍPIOS: A APLICAÇÃO DO PROJETO

Foram efetivadas conversas e entrevistas com os seguintes municípios que integram a Rota dos Tropeiros: Carambeí (APÊNDICE A 4), Tibagi (APÊNDICE A 5), Campo do Tenente (APÊNDICE A 6), Castro (APÊNDICE A 7), Piraí do Sul (APÊNDICE A 8), Ponta Grossa (APÊNDICE A 9), Sengés (APÊNDICE A 10), Telêmaco Borba (APÊNDICE 11).

Todavia, o trabalho também obteve respostas via e-mail, devido à dificuldade de agendamento das entrevistas, bem como a não existência de alguém alocado para responder sobre o turismo nos municípios. É a situação dos municípios: Balsa Nova (APÊNDICE B 1), Arapoti (APÊNDICE B 2) e, Palmeira (APÊNDICE B 3).

O caso de Porto Amazonas distingue-se pela resposta via telefone. O contato indicado no site da Prefeitura é do departamento de Agricultura e Meio Ambiente,

onde foi informado que o município não tem secretaria ou assessoria de turismo, logo, não tem alguém que possa atender e falar sobre o Projeto Rota dos Tropeiros (PR).

A seguir se encontram apontamentos baseados nas conversas dirigidas por um tópico guia (APÊNDICE A 3) com os representantes municipais. Ainda nos anexos é possível encontrar na íntegra as transcrições das respostas.

À luz das entrevistas realizadas foi possível uma visão de como foi implantando o projeto e como ele está sendo administrado, tanto sob aspectos da instituição de governança responsável, representada atualmente pela ADTCG, como também as ações realizadas pelo poder público local. As entrevistas demonstram dualidades, pois, como por exemplo, nos casos de Carambeí, Tibagi e Campo do Tenente (as primeiras entrevistas realizadas), o projeto é percebido como relevante e provedor de benefícios, realidade distinta de Campo do Tenente.

Seguem descritas as entrevistas de acordo com a ordem de realização até o subtópico 4.2.8. Na sequência estão descritas as respostas a partir de telefonemas e via e-mail.

4.2.1 Carambeí (PR)

Em Carambeí (conforme APÊNDICE A 4), a pouca documentação sobre os dados do turismo, comum em muitas Prefeituras, é uma dificuldade constatada; isso acontece porque ainda são poucos os lugares que trabalham o turismo como prioridade econômica e social.

Longe de definir como sendo ou não de prioridade, entende-se que se trata de uma atividade econômica, que pode atrelar benefícios, mas também ocasiona impactos negativos. Logo, há necessidade de comprometimento na análise, mas a falta de estatísticas impede discussões mais aprofundadas sobre alcances e melhorias do turismo no município, situação que não contribui para o engajamento de empresas privadas para investir no setor.

A saber, a atual representante do turismo assumiu o cargo em 2009 e relata não possuir dados referentes ao turismo, como também poucas informações sobre a implantação do projeto Rota dos Tropeiros (PR), pois, até então, Carambeí não contava com alguém responsável direto para o desenvolvimento do turismo local.

A falta de participação do setor privado, defendida pela representante municipal, por entender que os empresários cultivam apenas a ideia de lucro em curto prazo, se estabelece enquanto uma problemática, porque, para desenvolver o turismo, faz-se necessária a ação coletiva e conjunta dos poderes público e privado e do terceiro setor. A integração possibilita o fortalecimento da atividade turística.

Carambeí vem se tornado destaque na região dos Campos Gerais e no projeto Rota dos Tropeiros (PR) pelo crescente investimento no turismo. Pode-se perceber que as ações municipais, como a busca por integração junto a ADTCG para receber treinamentos e consultorias, a promoção de ações cooperativistas, ações municipais de criação de lei para incentivar o cultivo e a valorização do patrimônio como atrativo turístico possibilitando ao proprietário ter desconto sobre o IPTU, estão se efetivando e contribuindo para a estruturação do turismo.

São articulações governamentais na esfera municipal que atendem os planos nacional e estadual direcionadas para dar base à atividade e que já apresentam resultados positivos, apontados pela representante, no crescimento do turismo, mesmo sem as estatísticas oficiais do município. A ADTCG age de forma satisfatória por providenciar a divulgação e integração do município com os demais através das reuniões, onde também são trocadas experiências de atividades que podem ser empregadas de acordo com o relato dos resultados e das dificuldades.

Contudo, também é apontada a necessidade de um trabalho maior de divulgação porque o projeto é conhecido, mas considerado distante, principalmente, pelos empresários.

4.2.2 Tibagi

No APÊNDICE A 5 encontra-se a transcrição da entrevista que aborda o município de Tibagi. A exemplo do que acontece em Carambeí, informações anteriores à atual gestão não puderam ser relatadas, devido à falta de arquivos e, em especial nesse caso, também porque o gestor municipal assumiu há menos de um ano. Porém, sabe-se que o município de Tibagi há tempos busca investir no turismo.

Seguindo de rápida análise sobre a implantação, destacou-se, tratar-se de um projeto imposto e mal compreendido de início, pois muitos municípios não tinham

proporção do que seria necessário para implantar o projeto e aceitaram de antemão, mas com o passar dos anos foram desistindo e a descontinuidade enfraqueceu a ideia inicial. Essa referência diz respeito à ideia de que muitos municípios tinham de que ao fazer parte do projeto seriam atendidos completamente pela instituição administrativa responsável pela Rota, bem como existia a especulação da vinda de verbas.

No município de Tibagi, visando melhorar o atendimento ao turismo, são promovidos cursos para capacitar condutores. Essa é uma iniciativa municipal que tem como objetivo apresentar os atrativos dos municípios para pessoas que trabalharão com o atendimento aos visitantes. Pretende-se primeiro trabalhar o local, porque Tibagi conta com o viés cultural do tropeirismo em sua história, mas também com as marcas do ciclo da mineração, que proveu o desenvolvimento do município durante décadas e que o torna diferencial na região, mais até do que a questão tropeira.

A complementação da AMCG via ADTCG é bem recebida para o município, pois assim se alcançam todos os setores que envolvem o turismo. Foi possível perceber que há consciência, por parte do gestor municipal, de que a iniciativa também parte dos municípios, tanto na busca por informações, como na divulgação de treinamentos e assessoria aos empresários municipais, e não somente dos órgãos de governança.

O projeto Rota dos Tropeiros é visto como uma possibilidade de promoção e divulgação que não seria tão forte se fosse apenas local, ou seja, o fato de ser divulgado em parceria, como uma região, diminui os custos e traz mais retorno. Assim, de acordo com o gestor municipal de Tibagi, para o município que participa ativamente, torna-se extremamente satisfatória a ação do poder público via ADTCG.

4.2.3 Campo do Tenente

A situação do município de Campo do Tenente, apresentada no APÊNDICE A 6, não se aproxima nem da realidade de Tibagi, já bem estruturada, tão pouco a de Carambeí, que está investindo de forma crescente. O turismo é entendido como importante para o desenvolvimento do município, porém constatou-se ter pouco apoio da iniciativa local e não é, segundo a entrevista, atendido pela ADTCG.

No relato do responsável municipal, que citou não ter ciência de alguma visita ou encontro realizado pela ADTCG, se repete a vontade de investir no turismo, que não acontece no empresariado local e que é comprometido, segundo ele, pelo fato do município não contar com um inventário turístico sobre os atrativos e as potencialidades do setor. Outra dificuldade se encontra na junção das responsabilidades aliadas à cultura, já que não possui uma secretaria específica para idealizar e implantar projetos locais.

As atividades que acontecem no município, como a cavalgada, atraem visitantes que vão apenas para o evento, não utilizando serviços de hotéis, e outros que estão de passagem sentido outros municípios. Essa realidade constata que o turismo é pouco desenvolvido, justamente por não atrair visitantes que tenham interesse de permanecer no município utilizando a rede de serviços disposta.

Conforme exposto, o caso de Campo do Tenente se diferencia por se tratar de uma realidade com pouco apoio ao turismo, tanto na esfera local, quanto na regional, na ótica de participar de um projeto tal qual o Rota dos Tropeiros (PR).

4.2.4 Castro

Em Castro (conforme APÊNDICE A 7) foi possível ter conhecimento de como o projeto se iniciou no município, pois o atual representante acompanhou as primeiras etapas de implantação. Tratava-se de um projeto com objetivo de proporcionar passeios com animais (cavalgadas em mulas, a exemplo do que acontecia no ciclo do tropeirismo) e que, segundo ele, teve bastante adesão porque se tinha ideia de ser um projeto que traria verbas para os municípios inseridos, realidade que não se efetivou.

Segundo o entrevistado, o projeto trouxe integração para os municípios. Teve participação inicial empolgante pública e interesse de investimentos da parte privada, que assim fez surgir a Agencia de Desenvolvimento. A busca empresarial por resultados imediatos fez diminuir a participação no segundo ano. Os empresários optaram por divulgar individualmente seus estabelecimentos.

Castro é um dos municípios que participam assiduamente das ações e reuniões realizadas pela ADTCG. O trabalho realizado pela agencia é entendido enquanto satisfatório, pois ajuda na interação dos municípios, auxilia na divulgação

e promoção da Rota, e, deixa os municípios sempre atualizados sobre as ações estaduais e regionais.

Também não se tem dados estatísticos sobre aumento do turismo nos municípios, mas sabe-se que o número de estabelecimentos teve um crescimento, resultado, segundo o representante municipal, influenciado pelo trabalho junto ao projeto.

4.2.5 Piraí do Sul

Piraí do Sul (APÊNDICE A 8) não esteve presente no início do projeto, permanecendo fora nos anos seguintes à criação. A partir do interesse em investir no turismo religioso, o representante do município, que ficou afastado nos últimos quatro anos e retornou nessa gestão (2013-2017), buscou participar de reuniões organizadas pela secretaria estadual, onde teve conhecimento do projeto Rota dos Tropeiros (PR), ao qual veio ser incluído na sequência.

A administração do projeto, para o entrevistado, foi percebida como inadequada porque não conseguiu adesão dos empresários do município. Segundo o representante, os empresários ainda não estão confiantes, o que torna necessário um trabalho mais convincente para divulgar a Agência.

Segundo esse representante, é percebida uma concorrência entre os municípios e em Piraí do Sul o turismo não é muito significativo na economia porque o maior evento é anual. Contudo, o município é sempre informado e convidado para participar das ações realizadas pela ADTCG.

4.2.6 Ponta Grossa

Embora Ponta Grossa (APÊNDICE A 9) seja a maior cidade e um dos municípios que participa das reuniões e ações da ADTCG, o projeto Rota dos Tropeiros (PR) é considerado distante por não apresentar características tropeiras além de um monumento criado na área urbana da cidade. Relata o diretor da fundação de turismo municipal que o produto tropeirismo não existe no município.

Ponta Grossa teria se afastado do tropeirismo seguindo uma vocação natural geográfica e econômica, que fez com o que no município outros ciclos fossem mais significativos, como o caso das rodovias, que deixaram maiores registros culturais e patrimoniais.

A herança “pós tropeira” é mais evidente no município. Existe o interesse no desenvolvimento do turismo, mas Ponta Grossa, em relação ao Projeto Rota dos Tropeiros (PR), se posiciona enquanto coadjuvante, sendo uma cidade para dar apoio estrutural às demais que já trabalham o tropeirismo e tem essa característica bem definida.

A mudança de AMCG para ADRT é bem vista pelo município, justamente por abranger o setor privado, já que o turismo é uma atividade de mercado como tantas outras, que busca gerar renda e empregos. Todavia, o projeto precisa ser melhor entendido, principalmente no papel de cada município diante de um projeto regional.

4.2.7 Sengés

A realidade de Sengés (APÊNDICE A 10) é a busca por reestruturar a secretaria de turismo e consequentemente investir no setor. O projeto foi elaborado no município e buscou-se conhecer os atrativos para estruturá-los, mas na sequência teve rompimento das ações e estagnação do turismo durante os últimos oito anos.

Atualmente não existem mapas e nem roteiros. Os atrativos são visitados por moradores que já conhecem. A exploração dos pontos turísticos acontece por empresas de cidades vizinhas e Sengés agora está buscando estruturar uma legislação para organizar essa situação.

A gestão atual tem interesse em trabalhar o turismo, porém encontra entraves como a falta de verba para contratação da parte técnica para avaliar e coordenação ações de desenvolvimento. A representante municipal está buscando parcerias com Universidades para ter assessoria na elaboração de inventário que possibilitará um planejamento.

4.2.8 Telêmaco Borba

Em Telêmaco Borba (APÊNDICE A 11) a gestão municipal, em 2013, foi reestruturada com o novo governo, assim, informações sobre a implantação do projeto ainda estão sendo esclarecidas pelo atual representante do turismo.

Foi relato que o turismo no município está bem estruturado enquanto projeto, mas que as atividades serão colocadas em prática nessa gestão. Existe o interesse de trabalhar a Rota, bem como integrar-se com os municípios vizinhos.

4.2.9 Porto Amazonas

No decorrer da pesquisa, foi um dos primeiros municípios buscados para a realização da entrevista. Através de telefonema foi informado que o município não conta com secretaria nem assessoria de turismo, assim não teria alguém para conversar sobre a Rota dos Tropeiros no município.

4.2.10 Balsa Nova

Entrando em contato com o turismólogo que trabalha na Prefeitura de Balsa Nova, a resposta foi que se tinha conhecimento de que o município faz parte da Rota dos Pinhões; e que o município não faz parte da AMCG. Vide APÊNDICE B 1.

4.2.11 Arapoti

À exemplo de outros municípios, Arapoti (conforme APÊNDICE B 2), até os últimos dias de entrega da pesquisa, não tinha um turismólogo ou algum representante designado para trabalhar o turismo ou responder sobre o Projeto Rota dos Tropeiros.

4.2.12 Palmeira

Para saber sobre a situação de Palmeira no Projeto (de acordo com APÊNDICE B 3), buscou-se o diálogo com uma estudante, do mesmo Programa de Mestrado, que está realizando sua pesquisa especificamente sobre Palmeira no Projeto⁵.

De início houve a participação do município, criando roteiros e um ponto de informações turísticas. A implantação do projeto no município aconteceu na gestão do mesmo prefeito que acompanhou o planejamento, mas com a mudança de gestão o Projeto foi esquecido, não tendo continuidade das ações. O município não participa das reuniões da ADTCG.

A atual gestão (2013-2017) não tem interesse de desenvolver o turismo e o Projeto é desconhecido nos estabelecimentos privados.

Resultado da exploração teórica e constatação nas entrevistas seguem nas considerações sobre a pesquisa.

4.2.13 Rio Negro

Após a entrega da pesquisa para qualificação chegou um e-mail com as respostas do representante do município de Rio Negro (APÊNDICE B 4).

A exemplo de outros municípios houve envolvimento do poder público no início do projeto, participando de cursos e atividades de qualificação. Houve a divulgação junto à iniciativa privada, porém nenhum empresário associou-se. Com o passar do tempo o município deixou de participar e não recebeu mais informações ou convites para reuniões.

O projeto não trouxe retorno financeiro significativo para o município e é classificado enquanto insatisfatório a administração do projeto por não ter interação da ADTCG com o município atualmente.

⁵ SCHNELL, D. T. **A Dualidade Sobre a Participação de Palmeira no Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR)**. 2013. 103 fls. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa (PR), 2013

CONSIDERAÇÕES

O projeto Rota dos Tropeiros (PR) abrange dezesseis municípios, o que demandaria uma equipe de administradores municipais com interesses conjuntos, contando com profissionais especializados engajados no projeto; fato que não se verifica na prática, pois algumas prefeituras sequer contam com secretaria, departamento, assessoria ou uma pessoa alocada ao setor.

Das que contam com estrutura administrativa, as mudanças de gestão se apresentam como problemas à medida que cada governo assume com as respectivas propostas de ações, que muitas vezes são distintas das anteriores, atravancando o desenvolvimento do turismo.

A mudança de governo é essencial na continuidade de planos turísticos e foi possível perceber de forma direta, pois a pesquisa contemplou mudança de governos municipais, o imbróglio causado em secretarias que vinham sendo contempladas no campo do turismo e a partir da mudança de governo os trabalhos foram interrompidos. Ainda que sejam retomados, até que haja o remanejamento de pessoas para assumir as funções anteriores muito dos trabalhos que vinham sendo desenvolvido se perdem, basicamente pela burocracia de mudança desnecessária. Outro fator que ratifica a importância da administração regional paralela ao setor público, mas trabalhando de forma contínua, que deveria alcançar esse impasse para que não haja tantas percas.

O repasse de verbas públicas é sempre limitado, e, não se busca apontar o turismo enquanto essencial à economia de um município nessa pesquisa, porém se percebe que é a partir da visão de investimentos que se reflete o nível de interesse.

As necessidades municipais muitas vezes não permitem que o turismo seja abordado enquanto prioridade, pois quando a economia é desenvolvida se tratam de atividades baseadas na agricultura e/ou indústria – campos que se encontram solidificados na região.

O projeto tem ampla escala de espaço físico com características históricas e culturais em comum, porém com discrepâncias em outros fatores, como por exemplo, no IDH⁶:

⁶O IDH se estabelece como Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado pela Organização das Nações Unidas para analisar a qualidade de vida. O IDH é baseado em fatores como grau de

TABELA 1 – IDH EM MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O PROJETO TURISTICO ROTA DOS TROPEIROS (PR)

Cidades	IDH M – 2000
Ponta Grossa	0,804
Rio Negro	0,801
Carambeí	0,785
Balsa Nova	0,781
Campo Largo	0,774
Porto Amazonas	0,774
Telêmaco Borba	0,767
Palmeira	0,763
Arapoti	0,761
Jaguariaíva	0,757
Lapa	0,754
Castro	0,736
Piraí do Sul	0,730
Sengés	0,718
Campo do Tenente	0,687
Tibagi	0,686

Fonte: IBGE, 2011
Org.: LUXI, A.

Por meio do IDH percebe-se que os municípios têm características distintas, principalmente com relação ao potencial econômico e com as necessidades sociais, surgindo um impasse na hora de estruturar a atividade turística no quadrante regional. Notadamente a relação de IDH's estabelece a importância do conhecimento de cada realidade local, na prospecção de um projeto, situação que parece ter sido de pouca consulta na elaboração do Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR).

Outra constatação relevante é perceber que Tibagi, último colocado na tabela de IDH, é um dos municípios que mais investe no turismo, e que tem a maior parte das empresas privadas associadas à ADTCG (cinco empresas, entre quatorze associadas – conforme quadro 3) isso pode apontar uma alternativa encontrada para melhorar a renda a partir do potencial turístico, mas que não está respondendo à população de forma direta. Paralelamente, Rio Negro, que não respondeu às questões, é o segundo município na colocação do IDH. Fatos que só poderão ser analisado com estudos específicos e, sobretudo com a tabela de IDH atualizada.

Outro fator observado é a limitação de ações devido à dicotomia público/privado. O projeto depende de ambos os setores, bem como da sociedade organizada, porém as ações, na maior parte dos municípios, não conseguem atingir efetivamente o público e o privado, ficando sempre um em segundo plano.

Depois da implantação do Projeto Turístico Rota dos Tropeiros, que buscou atender o setor público junto aos municípios, percebeu-se a necessidade de envolvimento da parte privada, para isso foi criada a Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais, a ADTCG. Porém essa mudança em si já se torna confusa, porque a Agência tem por objetivo trabalhar o turismo na Região dos Campos Gerais, sendo o projeto turístico Rota dos Tropeiros apenas mais um produto da Agência. A confusão se dá pela delimitação de territórios, que são distintos, sendo a Região dos Campos Gerais distinta da região que abrange o projeto da Rota dos Tropeiros (PR), ainda que alguns municípios integrem ambas as regiões.

A criação da Agência de Desenvolvimento foi uma ação de grande relevância para fazer essa junção do público e privado, contudo tem pequena adesão de empresas (14), fato que limita maiores investimentos, já que a agência conta com as mensalidades para investir em promoção e marketing, por exemplo.

As ações propostas pela Agência de Desenvolvimento são de pouca efetividade devido à dificuldade de unir interesses para atender todos os municípios. Cursos, feiras, palestras, são exemplos de ações realizadas pela Agência, porém sem grande êxito, pois poucos representantes são assíduos e os que são se repetem ano a ano, ou seja, os municípios à margem seguem, por vários motivos, como os apresentados, à margem.

A adaptação no atendimento aos municípios, com a criação da Agência, ainda segue como uma incógnita para os representantes municipais. Muitos não têm conhecimento da mudança ou das razões da mesma. Para o setor privado a adesão ainda é pequena, considerando o número de empreendimentos turísticos dispostos na região, fato que se deve ao pequeno alcance da Agência até o momento e as razões de sua criação não estarem bem esclarecidas até então.

O desenvolvimento de um projeto de ordem nacional pode trazer benefícios para a região, contudo partir da esfera nacional para a regional também acarreta problemáticas como as percebidas no referido projeto. Para implantar o projeto os municípios buscaram se adaptar, porque tinham conhecimento de que a partir da

adesão os envolvidos receberiam verbas para trabalhar o turismo, fato que não ocorreu dessa forma e fez diminuir a potencialidade do projeto com a decrescente participação municipal.

Não houve a elucidação de um diagnóstico com possibilidades para então surgir um planejamento, o processo foi contrário e ainda hoje não conta com um documento que designe objetivos, metas, diagnóstico, prognóstico, ações etc. A ausência de documentação, conforme citada em entrevista, prejudica o acompanhamento das etapas propostas em um plano de ações, bem como o estabelecimento de melhorias no decorrer da implantação e a estipulação de avaliações periódicas, suscitando adaptações no prognóstico. Consequentemente, sem ter acompanhamento, via plano de ações, o resultado segue comprometido.

Com o passar do tempo, a descontinuidade aconteceu na maior parte dos municípios, pois, conforme pesquisa, a minoria é participativa nas reuniões e atividades realizadas pelo órgão de governança. Fato que compromete diretamente a prosperidade do projeto que se objetiva atendendo grande número de municípios.

A gestão descentralizada almejada pelo governo nacional apresenta alternativa de administração a partir de cada realidade, mas para que ela possa ser estruturada e aplicada com sucesso faz-se necessário maior envolvimento de todos os municípios dispostos no projeto. Para alcançar seus objetivos, o projeto depende da integração dos municípios, ou seja, é necessário que todos se mobilizem e sejam atendidos. Situação que ainda não acontece.

Na perspectiva de delimitação de área por governança, o território da Rota dos Tropeiros (PR), une grande parte dos municípios dispostos em uma região turística, porém, alguns trabalham bem estruturados e organizados para o turismo, enquanto outros não têm o mesmo apelo turístico ou as mesmas estruturas para desenvolver a atividade.

Municípios como Lapa, Castro, Carambeí, Tibagi, Piraí do Sul, Telêmaco Borba e Ponta Grossa são exemplos de um trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado; paralelamente outros buscam dar os primeiros passos, como é o caso de Sengés e Arapoti; outros ainda encontram problemas para dar início, caso de Campo do Tenente.

O projeto Rota dos Tropeiros (PR) tem as bases de desenvolvimento amparadas pelo planejamento turístico do governo federal, portanto uma política pública. O objetivo de investir na descentralização do turismo se caracteriza também

pela relação com o poder local, agregando valores à região possibilitando desenvolvimento em esferas locais.

Embora apresentado o conceito em esfera municipal, a exemplo do que assinala o poder local, a proposição do projeto demanda organização administrativa e representatividade junto aos órgãos estadual e nacional. Através da organização e representatividade dos municípios e principalmente da instância de governança, torna-se eficaz a possibilidade de maior visibilidade à região, recebendo em troca maior apoio econômico e social para os envolvidos.

Esse território administrado pela ADTCG inegavelmente abrange uma região com potencial turístico. Embora percebido como distante de sua realidade cultural, como é o caso de Ponta Grossa, trata-se de um projeto que alavanca o turismo, direta ou indiretamente, pois possibilita a promoção de um destino que une segmentos históricos, naturais, culturais, religiosos entre outros.

Percebendo tratar-se de municípios com realidades econômicas e sociais diferentes, a efetivação do projeto, na formatação atual com pouca participação, torna-se de cunho pouco promissor, conforme as explanações aqui dispostas. Observa-se que as semelhanças entre os municípios, no setor turístico, se encerram no caráter histórico-cultural, já que as pretensões, abordagens e, principalmente, de acordo com o foco da pesquisa, a(s) administração(ões) se distingue(m).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**: Entre a Multiterritorialidade e a Reclusão Territorial (Ou: do Hibridismo Cultural À Essencialização das Identidades). *In*: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e Territórios**: Questões e Olhares Contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BARRETTO, M. **Cultura e Turismo**: Discussões Contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BARRETTO, M.; TAMANINI, E.; SILVA, M. I. P. da. **Discutindo o Ensino Universitário de Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.

BRAGA, D. C. **Planejamento Turístico**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**. Diretrizes, Metas e Programas. Brasília, 2003.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. Brasília, 2004.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, 2007.

_____. **Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília, 2007.

BITTAR, E. C. B. **Curso de Filosofia Política**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, I. E de. **O território e o poder autônomo do estado**: uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. *In*: MENDONÇA, F. de A., LOWER-SAHR, C. L., Silvia, M da. (org.). Curitiba: ADEMADAN, 2009.

CRUZ, R. C. A. da. **Política de Turismo e Território**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2000.

DANIEL, C. **Poder Local no Brasil urbano**. *In*: **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII – 1988. N. 24.

MASSOLO, A. **Em direção às bases**: descentralização e município. *In*: **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII – 1988. N. 24.

DIAS, R. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo no Paraná**. Curitiba, 2009.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**: Políticas, Processos e Relacionamentos. Trad. Edire Sciulli. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-caminhos e Perspectivas do Território**. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A (Orgs.). **Território e Desenvolvimento**: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2004.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NATES CRUZ, B. **Desterritorialización, centro-periferia, lugar no lugar**: reflexiones desde la antropología del territorio. *In*: ALMEIDA, M. G.; NATES CRUZ, B. **Território e cultura**: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. Goiânia: Funape/UFG; Manizales: Universidad de Caldas, 2009.

PETROCCHI, M. **Turismo**: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 1998.

RODRIGUES, A. B.(org.). **Turismo e Geografia**: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo**: Analogias, Encontros e Relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, M. **O Retorno do Território**. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. de; Silveira, M. L. (Orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHNELL, D. T. **A Dualidade Sobre a Participação de Palmeira no Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR)**. 2013. 103 fls. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2013.

TELES, M. A. **Turismo, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba**. 2011. 279 f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SERAFIM, M. P; DIAS, R. **Conceitos e Ferramentas Para a Análise de Política Pública**. In **Gestão Pública e Sociedade**: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. Vol I. BENINI, É. A.; FARIA, M. S de; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.). São Paulo : Outras Expressões, 2011.

SILVA, C. L da; BASSI, N. S. S. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. In SILVA, C. L da (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: Instrumentos e Proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: Uma Revisão da Literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEINBERGER, M. **Turismo, território usado e cidade**: uma discussão pré-teórica. *In*: STEINBERGER, M. (Org.). Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE, 2009.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Política Internacional**. *In*: TRIGO, L. G. G.; NETTO, A. P.; **Reflexões Sobre Um Novo Turismo**: Política, Ciências e Sociedade. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2003.

ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Desenvolvimento Local e Regional**. Curitiba: Ibpx, 2009.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

ZUCCHERELLI, M. **A “Rota dos Tropeiros” – Projeto Turístico na Região dos Campos Gerais**: Um Olhar Antropológico. 2008. 111 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABRASIL. **Avança Brasil.** Disponível em:
http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelavalPPA2002/content/av_prog/083/prog083.htm. Acesso em 06 de fevereiro de 2013.

ADTCG. **Rota dos Tropeiros.** Disponível em:
<http://www.rotadostropeiros.com.br/pagina.php?id=3>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

AMCG. **Associação dos Municípios dos Campos Gerais.** Disponível em:
<http://www.amcg.com.br/conteudo.aspx?c=3&d=Quem%20Somos#> . Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Ministério do Turismo.** Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

BRASIL ESCOLA. Disponível em: <http://www.brasile scola.com/brasil/o-idh-no-brasil.htm/> Acesso em 16 de julho de 2012.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010:** Uma Viagem de Inclusão. Brasília, 2007

EXPLORE BRASIL. Disponível em:
<http://www.explore vale.com.br/rotadostropeiros/index.php/> Acesso em 22 de Janeiro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em 09 de novembro de 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Secretaria de Estado do Turismo.** Disponível em <http://www.setu.pr.gov.br/>. Acesso em 03 de março de 2012.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Territorialidades Plurais** – Lógicas Excludentes ou Solidariedade Organizacional. *In: América Latina: Cidade, Campo e Turismo*. LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/lemos/17rodrigu.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2012.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS PRESENCIAIS

As entrevistas, segundo método qualitativo, realizadas no decorrer da pesquisa foram gravadas com o auxílio de um gravador GE 3-5375. Para conduzir a entrevista foram utilizados tópicos guias e posteriormente as respostas foram transcritas para análise. O período que envolveu a realização das entrevistas foi entre maio de 2012 a fevereiro de 2013. As entrevistas foram realizadas na presença da pesquisadora e entrevistados, sem acompanhantes ou pesquisadores auxiliares.

APÊNDICE A 1 – Tópico guia – entrevista com representante da Agencia de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros;

1.1 planejamento (levantamento - diagnóstico, objetivo inicial, inventário, relação com a descentralização de destinos, o que foi levado em conta para delimitar a região);

1.2 implantação (processo político e social);

2. Como esta sendo administrado o projeto por parte da Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros

2.1 ações e responsabilidades por parte da Agencia (reuniões, divulgações, eventos, organização);

2.2 ações e responsabilidades dos municípios;

2.3 participação pública (SETU, MTUR);

2.4 participação privada (agencias que comercializam os pacotes – relação);

3. Efetivação do Projeto

3.1 melhorou as estruturas dos municípios;

3.2 aumentou a procura por este destino;

3.3 levantamentos e estatísticas de visitas/retorno financeiro;

3.4 participação do setor privado (agencias, hotéis, restaurantes);

4. Análise parcial

4.1 quais os municípios que se destacam e baseado em quais parâmetros;

4.2 qual a relação da Agencia com os municípios;

4.3 o que a Agencia “espera” dos municípios;

4.4 na visão da Agencia, o que os municípios esperam da Agencia;

5 Avaliação/Controle

5.1 existe algum documento de avaliação;

5.2 existe alguma prestação de contas dos municípios com a AMCG;

5.3 prestação de contas da AMCG com SETU/MTUR;

6 Resultados

6.1 o projeto alcançou os objetivos? O que sobressai (melhorias/problemas);

6.2 o que fazer para melhorar a integração/participação;

APÊNDICE A 2 – Entrevista com representante da Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros

Questão 1 Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros

Estou a dois anos a frente da Agência (Rota dos Tropeiros) e a informação que a gente tem trabalhado é que isso (*implantação do projeto Rota dos Tropeiros*) aconteceu junto com o Programa de Municipalização do Turismo, então teve início lá longe. Depois com o Programa de Regionalização, o PNMT e o PNMT Mirim, então esse trabalho começou como um programa do governo federal e teve todo esse processo na região, onde era incentivada a criação de estruturas mínimas dentro dos municípios, as quais eram: criar um órgão e incentivava a roteirização do turismo; então foi trabalhado e incentivado o turismo dentro dos municípios. Os municípios procuram se estruturar sem perceber se tinham apelo turístico. A partir das estruturas criadas, a Associação dos Municípios (AMCG) continuou com esse trabalho com os municípios, seguindo o novo plano que foi proposto, que é o programa de regionalização do turismo; então parou de trabalhar o município, para se trabalhar uma região. Continuando com esse trabalho, a Associação trabalhava com o poder público, apesar de envolver o setor privado ainda sim era mais forte o trabalho com as Prefeituras Municipais, até devido a característica da Associação de Municípios, porém os empresários não se viam representados, dessa forma foi criado o projeto da Rota dos Tropeiros, onde os empresários se uniram em forma de pessoa jurídica; isso foi um marco na região, mas não pelo lado positivo, pois acabou separando para um lado o poder público e para o outro lado o poder privado, o que atrapalhou bastante o desenvolvimento, mas faz parte do amadurecimento, até porque o programa de regionalização é novo no Brasil, ele não tem 10 anos ainda, então em questão de política pública de governo ele é novo ainda e a região também está aprendendo com isso.

Os critérios adotados – através de estudos, da ajuda da Universidade (UEPG), da Secretaria de Estado do Turismo (SETU – PR) – para a realização do projeto foi uma característica comum para se trabalhar turisticamente, então chegou-se a caracterização do tropeirismo; para a formatação da rota, desse “produto” turístico, considerou-se essa característica onde os tropeiros passavam – Caminho de Viamão, com destino a Sorocaba (SP); Tibagi e Telêmaco Borba estavam fora da Rota a princípio, mas eles conseguiram provar através de dados

históricos, que os tropeiros passaram por lá também, e entraram no Projeto; o projeto não está restrito aos Campos Gerais, ele inclui mais municípios da região metropolitana de Curitiba, e não atinge todos dos Campos Gerais.

É um produto forte no mercado, que está sendo investido e trabalhado bastante nisso com essa característica comum. Foi pego esse “gancho” para trabalhar o produto turístico.

O Projeto é de 2003/2005, mas a AMCG vem trabalhando o turismo de 1995/1998; e o projeto passou por várias fases para chegar nesse atual projeto da Rota dos Tropeiros. A Agência foi criada em 2007.

A agência passou por problemas administrativos e muito material se perdeu; têm-se um material que está sendo aos poucos organizado, mas existem relatórios de visitas que foram feitas. Foram feitas várias consultorias.

Foi um projeto integrado, onde participaram a AMCG, a ECOPARANÁ, a SETU-PR, o SEBRAE. Foi bem estruturado, talvez com erros na implantação do projeto.

Seguindo o amadurecimento do desenvolvimento turístico da região, percebeu-se que a iniciativa privada não dava conta das complexidades, como o poder público de outro lado também não; também precisa da sociedade civil organizada para ser um desenvolvimento legítimo, então a Agência foi percebida como frágil enquanto só poder privado, então houve uma reaproximação com a direção da AMCG, junto com a SETU e seguindo o que é proposto na questão de criação de instância de governança regional, que é proposto no programa de regionalização, onde poder público, privado e terceiro setor legitimam a instância de governança na região.

O empresário vê como investimento o associativismo e não como uma cooperação.

Muitos empresários vêm como investimento e querem retorno, isso dificulta bastante o trabalho. Não vêm como um trabalho unido, uma oportunidade de negócio ou uma oportunidade de se fortalecer, mas como investimento.

Também existe o jogo em que o privado joga para o público e o público para o privado; então no turismo tem que sentar todo mundo e ver o que cada um pode fazer porque um depende do outro e é esse trabalho que a gente está tentando.

A AMCG, por redução de custos acabou reduzindo seu orçamento “enxugando” a estrutura interna. Como a Agência nasceu da AMCG e ocupa o

espaço dentro da estrutura da AMCG, ela se desvinculou, por vontade da diretoria da época, mas por falta de recursos acabou voltando mais tarde a ter vínculos com a AMCG, então a AMCG trabalhava de um lado com o projeto e a Agência trabalhava de outro para o desenvolvimento do turismo, então as duas em momento de dificuldade financeira acabaram se rearticulando.

A maioria dos municípios que fazem parte da AMCG não participam do turismo. Isso foi afunilando, porque requer trabalho a longo prazo, requer vontade política, os resultados não são tão evidentes; então no começo quase todos os municípios participavam, mas hoje em dia é mais quem tem interesse e o potencial para desenvolver e que entrou com política de governo para dar continuidade.

A maioria das prefeituras da região não tem interesse em desenvolver o turismo.

Então para que não haja um retrocesso na região foi feito um convenio com a AMCG, onde a agência da rota dos tropeiros passaria a tender toda a região dos campos gerais, com outros produtos turísticos, mas atendendo também o projeto Rota dos Tropeiros. O projeto Rota dos Tropeiros é o produto mais importante, mas a Agência pretende trabalhar com novos produtos também. Então hoje é Agência de Desenvolvimento do Turismo nos Campos Gerais e Rota dos Tropeiros.

Questão 2 Como esta sendo administrado o projeto por parte da instância de governança

Nosso trabalho maior tem sido a articulação e integração entre os municípios. Existe um calendário com reuniões mensais.

É trabalhado o marketing coletivo da região.

O trabalho esta sendo mais voltado ao poder publico, mas pensando em trabalhar com os empresários também.

Existem cursos de capacitação e qualificação mas não se tem adesão. Tanto empresários, profissionais e estudantes não participam. Muitas vezes se cobra ações mas não tem retorno.

Já teve prefeituras que tiveram que devolver o dinheiro de cursos porque não fecharam turma, ou seja, não teve interesse. Então há o problema de qualificação na prestação de serviços da área devido a grande rotatividade, ou mesmo devido a grande numero de empresas familiares que é uma barreira pra entrada de novos profissionais no mercado; esses são desafios para a região melhorar.

A agência desenvolve ações que possam atender todos mas quem tem que implantar são os municípios; fazer o inventário, criar o fundo, o conselho, criar o plano de turismo cabe aos gestores municipais. A agência pode apoiar, fazendo uma sensibilização para fortalecer esse trabalho deles, mas cabe aos municípios fazer esse trabalho.

Questão 3 Efetivação do Projeto

A gente pode dizer por experiência, mas não tem um indicador de quando começou em comparação com agora; é uma falha na questão de monitoramento, mas estamos estruturando uma pesquisa de demanda.

O que se sabe é que aumentaram o número de empresas na área do turismo, devido pesquisa do IPARDES, então seguindo a lógica de mercado deve ter melhorado, mas índice de demanda de turista e visitantes ainda não se tem.

Questão 4 Análise parcial

São seis cidades que tem maior interesse: Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Tibagi, Piraí do Sul e Telêmaco Borba.

Questão 5 Avaliação/Controle

A AMCG e a Agência esperam dos municípios a integração, articulação e a continuidade das ações. Espera a prática, por meio da participação.

Hoje está melhor definido que os municípios esperam da Agência e da AMCG é o trabalho de articulação, fortalecimento da região, o marketing coletivo, cursos de capacitação.

Questão 6 Resultados

Teve muitos pontos negativos no começo de sua implantação, justamente pela visão equivocada do curto prazo para o resultado e a questão de ver como um investimento financeiro. Hoje, com esse novo trabalho estão começando a surtir resultado, apesar de falhas, de uma pequena equipe, da falta de pessoas especializadas, a questão financeira, mas a idéia é essa, que sempre melhore para dar suporte aos municípios. Apesar dos recursos escassos os resultados são positivos e a chance de dar continuidade é maior. A gente quer crescer de uma forma lenta, mas bem organizada.

APÊNDICE A 3 – Tópico guia – entrevista realizada com representantes municipais do planejamento e implantação do Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

- participação do Estado;
- participação da AMCG;
- participação de empresas privadas;

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

- quais as ações do município;
- qual as ações/participação dos órgãos institucionais (SETU, ADRT);
- qual a relevância das empresas privadas;

3. Como se dá efetivamente a participação da AMCG/Agencia Rota dos Tropeiros

- são realizados encontros/reuniões (o município participa efetivamente das ações/reuniões da ADRT);
- são realizadas avaliações/relatórios;
- mudança da AMCG para ADRT;

4. Os municípios interagem

- são realizados encontros/reuniões;
- são realizadas avaliações/relatórios;

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

- existe retorno financeiro;
- como está classificado o turismo no município;

6. Efetivação da ADRT

- Administração e interação com ADRT é satisfatória;

APÊNDICE A 4 – ENTREVISTA REALIZADA COM A REPRESENTANTE DO TURISMO EM CARAMBEÍ (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto rota dos tropeiros no município

Estou na prefeitura desde março de 2009 e o projeto tem data anterior; houve uma dificuldade de início por não ter muitos dados e arquivos; o que se sabe da Rota foi por contatos com a atual administração da AMCG.

Pelos documentos que se tem lá (*Prefeitura de Carambeí*), o município participou de algumas ações isoladas da AMCG porque não tinha ninguém no departamento que estivesse desenvolvendo alguma política ou alguma coisa relacionada.

Em 2009 a gente começou a participar ativamente junto com a AMCG; para desenvolver essas políticas que vem de uma esfera maior, no caso estadual, regional, trabalhando com a Rota (dos Tropeiros).

Um dos grandes problemas que a gente tem relacionado à Rota é muita vontade do poder público e pouca do setor privado, porque as pessoas ainda não tem entendimento do que é a Rota. Eles não entendem que a Rota é um conjunto com diversos produtos. Isso acaba restringindo um pouco o desenvolvimento da Rota.

Com esse processo de reformulação da Agência (ADRT), acho que a gente vai ter um pouco mais de abertura e argumento para desenvolver os produtos, porque o potencial existe na região.

2. Como esta sendo realizada a administração do projeto

A gente tem consciência que precisa desenvolver ações e trabalhar de forma integrada com a região. Dentro dessas políticas (*nacional e estadual*) a gente buscar estar se desenvolvendo e alinhando as políticas dentro do município.

Em 2009, quando a gente entrou (*na administração municipal*), começou a desenvolver ações relacionadas à promoção turística; começamos a desenvolver novos materiais de divulgação, participação em eventos, participação assídua das reuniões da AMCG, assim começamos a perceber quais eram as nossas dificuldades e algumas coisas a gente conseguiu sanar, outras não.

Por mais vontade pública que se tenha é necessária o setor privado. Assim fizemos parcerias com a UEPG (*Universidade Estadual de Ponta Grossa*), com o

SEBRAE e com a Secretaria de Estado do Turismo. Com a UEPG foi feito um projeto “Conhecendo a Cidade e Informando o Turista” abrangendo o empresariado e a comunidade; foram mais de 100 pessoas capacitadas, entre elas professores, para trabalhar o turismo também em sala de aula.

Depois foi feita uma parceria com o SEBRAE, e fomos contemplados com o projeto “agente local de inovação”, onde o SEBRAE disponibiliza um consultor que vai até as empresas do setor turístico e faz um diagnóstico, apresenta um plano de ação e faz o monitoramento durante dois anos, sem custo nenhum para o município.

A partir desse projeto foi construída a rede empresarial de turismo, que tenta trabalhar o coletivo e a questão do cooperativismo, para se trabalhar de forma integrada, baixar custo e aumentar a competitividade. Então no setor privado são essas ações, mas sempre buscando trazer novas capacitações.

Também tivemos como políticas públicas, a formação do conselho municipal de turismo, para ter uma participação da sociedade civil, buscando ter participação de todas as esferas no planejamento turístico. Também foi criada a lei do fundo municipal de turismo, que ainda esta inativa, mas a lei existe.

Desenvolvemos algumas leis de incentivo a manter as fachadas e características das arquiteturas europeias, que dá isenção de 50 a 100 por cento do IPTU durante o período de 10 anos; é uma forma de reforçar a identidade através do turismo cultural-histórico. É uma forma de incentivar, já que o slogan turístico é: Carambeí, um cantinho da Europa no Paraná.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agência Rota dos Tropeiros

A gente tenta trabalhar de todas as formas, a nível regional e estadual e nas reuniões (*com a AMCG/ADRT*) acabam saindo diretrizes para o planejamento no município.

4. Os municípios interagem

Aqui (*reuniões da ADRT*) a gente tem uma interação maior com as reuniões mensais, mas tentando sempre trabalhar de forma integrada o turismo. Os municípios mantêm contato para divulgar juntos, indicando os atrativos locais. Com por exemplo aconteceu com Tibagi outro dia, que numa feira eles acabaram ficando

com o nosso material de divulgação e eu pedi para eles mandarem, mas eles (*equipe de Tibagi*) responderam se não tinha como ficar com eles o material para divulgar Carambeí por lá também.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o Município

De um tempo pra cá o turismo em Carambeí teve um *boom*. A gente começou a desenvolver e ter retornos. Já existia um fluxo, mas a partir do momento que começamos a trabalhar com o festival de tortas e com o parque (*Parque Histórico de Carambeí*) teve um crescimento violento no turismo. Em relação à Rota dos Tropeiros, as pessoas ainda não tem entendimento, principalmente a parte do empresariado.

Hoje, a maior identificação que as pessoas (*empresariado*) fazem da Rota é “eu já ouvi falar”, mas ações efetivas ligadas a Rota as pessoas ainda não tem essa noção.

6. Efetivação da ADRT

Eu vejo essa integração com a AMCG de fundamental importância, porque é muito mais fácil entrar no mercado em grupo do que de forma isolada, até porque a gente precisa entender que a característica da região atrai geralmente o perfil de visitante, que não fica mais do que um dia.

É muito mais fácil vir por meio da AMCG uma solicitação via secretaria de estado do que diretamente para o município.

APÊNDICE A 5 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM TIBAGI (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

Trabalho com o turismo aqui em Tibagi desde outubro do ano passado (2011) então não tenho muitas informações que antecedem a esta data, mas o município sempre esteve engajado dentro da política nacional.

A maneira como o projeto foi implantado gerou uma cicatriz, porque foi algo mal comunicado, com problema de descontinuidade, teve município que não entendeu a proposta e que não tinham profissionais qualificados na época para entender o que era a política nacional de turismo. Foi algo imposto.

O surgimento e a implantação de início foi extremamente danosa. Hoje o trabalho que acontece é com pessoas que tem conhecimento, com formação específica na área para discutir melhor o turismo.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

Nós sempre participamos das reuniões da AMCG porque ela congrega poder público.

No município, o que estamos fazendo em relação a treinamentos é uma iniciativa da Prefeitura, direcionando para esses profissionais a realidade de Tibagi, só que quando se fala da questão local, acabamos contextualizando e falando dos outros municípios, falando indiretamente da região; mas o foco do nosso trabalho, através do curso de condutores, é trabalhar os atrativos locais.

Partindo do poder público, atualmente nós não temos um trabalho que esteja vinculado à AMCG ou à ADRT para estar trabalhando melhor a região, até porque nós pensamos que primeiro se os nossos empresários e condutores não tiverem bem informados e preparados com as informações do município, não sabemos até que ponto vale a pena trabalhar as informações da região.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agencia Rota dos Tropeiros

A AMCG congrega o poder público e a ADRT congrega iniciativa privada e o terceiro setor, elas trabalham paralelamente, com o mesmo foco, só que

congregando entidades diferentes, mas com o mesmo objetivo de desenvolver o turismo.

A AMCG dá todas as informações necessárias (*sobre a nova divisão AMCG/ADRT*), basta ligar e a Karen informa. Fui atrás dessas informações, para entender um pouquinho mais (*relação AMCG e ADRT*), porque nós, enquanto poder público, somos responsáveis por manter a iniciativa privada trabalhando no turismo; se chega alguém dizendo que recebeu a visita de alguém que trabalha na ADRT e pergunta “será que eu me associo?”, então nós, como gestores públicos do turismo, temos que ter as informações para passar e manter a iniciativa privada com informações seguras.

4. Os municípios interagem

Quem está interessado e sempre participando, indo a eventos e feiras, pois isso demanda investimento com diárias e funcionários, tem entrosamento maior.

Tem municípios que tem potencial e sabem disso, porém julgam que não é hora ou não é necessário, mas são municípios que poderiam estar atuando fortemente a questão do turismo e no momento não estão. Outro problema que tem município que, por exemplo, trabalhava o turismo há oito anos e agora não trabalha mais e a descontinuidade também é um problema.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

Como gestor público, eu digo que é interessante porque a chance de nós participarmos de alguns eventos que temos ido seria muito menor do que é hoje, indo com a região. Material promocional e publicidade no site, para o poder público dá resultado. Agora se os resultados são satisfatórios para saber se o fato de participar da ADRT está trazendo mais turistas para o município e se está colocando a sua marca em outras prateleiras, para isso não temos subsídio para responder. Em relação à atuação do poder público na região é extremamente satisfatório. Tem coisas que poderiam acontecer mais intensamente, mas (*o projeto*) está caminhando.

6. Efetivação da ADRT

Para o município que é participativo é satisfatório (*atuação da ADRT*). Mas tem que partir a pré-disposição do município.

APÊNDICE A 6 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM CAMPO DO TENENTE (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

O município entrou no projeto (*Rota dos Tropeiros*) por fazer parte do caminho do Viamão, então foi incluído pelo Estado, porque aqui ainda não funciona como projeto turístico.

Uma vez por ano fazemos uma cavalgada, para lembrar os tropeiros, mas de projeto (*referindo-se ao projeto Rota dos Tropeiros*), em Campo do Tenente, a gente não tem. Campo do Tenente está na Rota, mas é isso é muito pouco, então só dizer que está no projeto não vale a pena, tem que ter projetos de desenvolvimento e apoio financeiro.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

Pelo que sei ainda não houve visita (*por parte da ADRT*). O turismo é bem pouco desenvolvido porque não tem inventário nem estruturas. Pelas poucas coisas que são divulgadas o município, tem bastante visita, principalmente no Mosteiro Trapista, que faz parte da Rota dos Tropeiros, e no Morro de Santa Cruz, mas mesmo com os eventos que tem (*cavalgadas*), que são uns dois por ano, é muito pouco. Mas o turismo nosso ainda não funciona, porque não foi desenvolvido nem projetos iniciais (*citando novamente a importância do inventário*).

Além do apoio financeiro, falta do Contur (Conselho Municipal de Turismo) e a centralização do turismo e cultura em apenas uma pessoa também são dificuldades para desenvolver o turismo. Eu sugeri que fosse formada uma secretaria para ter os projetos sendo continuados. Existe o potencial, mas enquanto não tiver uma secretaria, inventário e uma equipe pra montar projetos, não tem como desenvolver o turismo. O empresariado ainda não pensa em investir no turismo aqui no município.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agencia Rota dos Tropeiros

É importante que o apoio (*referindo-se a ADRT*) e deveria acontecer para ajudar o município.

4. Os municípios interagem

A integração entre os municípios é bem pouca (*referindo-se a Rio Negro e Lapa, que são os mais próximos*). Assim o turismo é pouco desenvolvido e só conta com ações da Prefeitura.

APÊNDICE A 7 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM CASTRO (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

Foi um projeto ligado ao governo federal e já existia desde o Projeto de Municipalização do Turismo. Como as cidades já estavam tendo as oficinas ficou mais fácil de implantar posteriormente a questão da regionalização. Já existia, e até hoje há essa briga, para saber de quem é o projeto, que lá atrás se chamava Caminho das Tropas.

Tiveram reuniões na Lapa, em Castro e Ponta Grossa para lançar o projeto turístico Rota dos Tropeiros, que já não era mais Caminho das Tropas.

Iniciou na Lapa, com Marcio Assad e com o Carlos. Até hoje não se sabe ao certo quem é o criador. Só que era um projeto mais focado no tropeirismo mesmo, com a ideia de fazer o trecho de mula. Esse projeto foi desenvolvido e apresentado aos municípios e aí o pessoal comprou a ideia e acreditou no tropeirismo. Depois se viu que era preciso uma estrutura e essa ideia de passeio de mulas ficou pelo caminho.

Acredito que o que facilitou a adesão foi a ideia de que facilitaria a vinda de verbas. Que já tinha sido falado no projeto de Municipalização. Assim, os municípios entraram de cabeça no projeto e trataram de incentivar os empresários a participar. Os empresários começaram a participar bem depois, pois antes era algo mais institucional.

Foram chamados os municípios e todos estavam empolgados, assim como no (*Projeto de*) Municipalização dizia-se muito que o município que estiver dentro do projeto vai facilitar para vir verbas. Ao passo que se sabe que isso não facilitou muita coisa depois. Foi um caminho, mas se vendia muito a ideia de que o município que estiver engajado no projeto facilitaria a vinda de verbas. Assim vieram os municípios para as reuniões. Houve viagens para Sorocaba e excursões, para implantar as atividades turísticas.

A princípio cada um defendia o seu atrativo como sendo o melhor. A partir desse momento começaram a ver que poderiam brigar juntos sem nenhum sair perdendo. Com isso foi se transformando em realidade o projeto e sempre teve o apoio e incentivo da Paraná Turismo e Secretaria de Turismo, do SEBRAE e AMCG, que direcionou os trabalhos enquanto projeto.

Quando começou a ser implantado houve essa participação maior dos empresários, que foram incentivados a participarem. Todo o trabalho em conjunto dos municípios, SEBRAE, AMCG e Paraná Turismo incentivou os empresários. Foram feitas viagens para a Estrada Real (MG) que é considerado um caso de sucesso e com essa motivação, teve-se a ideia de criar a Agencia (ADRT), que seria para centralizar todo o projeto. Em 2007 foi implantado efetivamente a Agencia (ADRT). Porém os empresários são imediatistas e vendo que toda aquela motivação e trabalho não surgiram efeito logo no primeiro ano, no segundo ano já teve uma baixa na participação, tanto dos municípios quanto dos empresários.

A agencia foi criada para que os municípios mantivessem ela, principalmente por parte da mensalidade dos empresários a agencia iria fortalecer a Rota, não só na questão estrutural, mas na divulgação. A ideia era ter uma pessoa para atender na agencia e ela mesmo sair para participar de eventos para divulgar a Rota dos Tropeiros fora daqui. Foi isso que aconteceu, porém, para o empresário não foi muito atrativo, porque ele teria que pagar uma mensalidade para divulgar a região, mas ele acabou preferindo pagar um valor bem acima para divulgar apenas o estabelecimento dele. Então não existiu a credibilidade para continuar.

Até então era a AMCG que administrava o projeto, mas como iria existir investimento privado, juridicamente a AMCG não poderia receber esses valores, assim teve que sair do poder publico e criar a agencia que é um órgão público-privado que anda sem influencia da AMCG e SEBRAE, mas eles seguem parceiros.

2. Como está sendo realizada a administração do Projeto

Hoje, a Rota é um projeto que levantou a região justamente por esse trabalho em conjunto. Tem município que são mais efetivos, mas tem aqueles que nem conhecem o projeto. Hoje são seis municípios que realmente estão engajados no projeto de regionalização, onde a Rota (dos Tropeiros) é um produto.

Mesmo com a baixa participação a região está sempre representada e tem o apoio dos parceiros, SEBRAE, SETU, AMCG. O que acontece é que como a agencia (ADRT), que a sede era aqui em Castro, voltou para Ponta Grossa e para a sede da AMCG é muito confundido.

A AMCG e a agencia privilegiam os empresários que estão associados a agencia (ADRT). Isso não quer dizer que não sendo associado e indo pedir auxílio e não vai ter. Porém nos eventos e divulgações são das empresas engajadas no

projeto, como uma forma de incentivo para aqueles que estão desde o início e para aquele que quer começar ver como é.

A Rota dos Tropeiros é um produto turístico criado que alavancou toda a região, porque focou a origem da região. Hoje existe esse reconhecimento em nível estadual devido esse trabalho em conjunto entre os municípios e não só por parte das Prefeituras, mas também dos empresários.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agência Rota dos Tropeiros

A gente tem reuniões direcionadas para os municípios mensais. No início do ano já saem as datas. Tem informações no e-mail. O que acontece, muitas vezes, é que um secretário cadastra o e-mail particular e quando sai o e-mail não chega à cidade.

Mesmo a Karen pedindo sempre atualizar até os e-mails oficiais às vezes mudam o endereço ou o servidor.

Os contatos também são feitos por telefone.

4. Os municípios interagem

Hoje não tem essas brigas, como por exemplo, antes entre Castro e Tibagi para saber de quem é o Canyon (Guartelá). O Canyon é dos dois.

Hoje tem uma melhor participação e sem dúvida nenhuma é devido da AMCG e dessa regionalização que focou essa Rota que é a nossa origem. Hoje se pode dizer que Ponta Grossa, Carambeí, Castro Piraí do Sul, Telêmaco Borba e Tibagi que realmente estão participando. No começo outros participavam, mas foram parando aos poucos.

A AMCG desenvolvia os trabalhos e Castro e Tibagi que estavam com turismo mais organizado acabavam esperando o trabalho com os outros municípios que não tinham estrutura. Foi uma decisão em conjunto de que se ficasse esperando os outros a região ia ficar para trás, então foi focado mais no outros que já tinham algo desenvolvido. Os demais seguiram sendo convidados, sendo divulgados, mas os que continuaram participando foram os cinco.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

Quando se trata de números não se tem como saber. Que também é um desafio para a região ter um controle oficial. Visualmente o projeto influenciou bastante, com o aumento de empresas no setor. Aqui em Castro, nesse tempo, surgiram pelo menos três pousadas e um hotel além de restaurantes.

6. Efetivação da ADRT

Hoje o apoio é tranquilo. Sempre é bom que melhore, mas hoje todo e qualquer projeto que venha do Estado e toda e qualquer atividade que tem a AMCG passa para os municípios.

APÊNDICE A 8 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM PIRAÍ DO SUL (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

No primeiro momento não houve adesão do município para iniciar a Rota, então ele ficou de fora dos dois primeiros anos.

Começamos a participar de treinamentos e em um encontro estadual de turismo que houve em Curitiba e começamos a mexer com o turismo religioso, que é o forte de Piraí, então incluímos o município no projeto (*Rota dos Tropeiros*).

Eu comecei a participar das oficinas e através de uma conversa Piraí entrou na Rota.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

No começo tentamos trazer os empresários, mas quando começou, isso a quatro anos, a agencia estava muito devagar, a presidência não estava agindo como deveria agir. Agora não sei como está, porque faz pouco mais de vinte dias que reassumimos (*Secretaria de Turismo*). E agora que vamos ter uma reunião para saber como está a situação.

3. Como se dá efetivamente a participação da AMCG/Agencia Rota dos Tropeiros

Participamos das reuniões quando Piraí foi incluída, mas da ultima administração eu não sei dizer.

Foi feito um trabalho de visitação com as empresas, mas a gente sentia que os empresários não estavam confiantes. Acho que precisa ser feito um trabalho mais convincente para divulgar a agencia.

4. Os municípios interagem

No começo existia e ainda existe a concorrência entre os municípios.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

É preciso fazer um trabalho mais voltado para o pessoal acreditar no projeto. Quando começou pouco se falava, agora tendo verbas, como o Prodetur é sinal de

que está funcionando, mas esse trabalho de conscientização ainda vai por um tempo.

O turismo ainda não é efetivo na economia do município, pois o turismo religioso se resume a uma festa no final do ano que vem uma população de umas 30 mil pessoas e está faltando estrutura pra isso já. A festa é organizada pela Mitra e a Prefeitura ajuda.

6. Efetivação da ADRT

O município é sempre informado e convidado para oficinas e palestras. Até o momento é satisfatório.

APÊNDICE A 9 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM PONTA GROSSA (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

Nós não temos uma dependência da agencia. Nós não trabalhamos com Agencia Rota dos Tropeiros, porque o nosso produto tropeirismo aqui não existe. Ponta Grossa foi a maior cidade que se criou ao longo da Rota dos Tropeiros, mas é a que menos traz a herança dos tropeiros. Castro tem o museu dos tropeiros, Tibagi tem uma história muito maior. A Lapa...

Mas em Ponta Grossa, efetivamente a única coisa que existe foi o monumento que foi criado e como a cidade se desenvolveu muito, tomou outro caminho essa memória a respeito do tropeirismo foi se perdendo.

Rota é um projeto e não um produto. A Rota é um fato histórico, um caminho, como tantos outros que existem. Agora, nós nos afastamos e ficamos distantes da questão do tropeirismo porque perdemos o vínculo por completo. Na sequencia disso, também como fato histórico de desenvolvimento da cidade, chegou a rede ferroviária, ocupou um espaço enorme e deixou marcas profundas, não só geograficamente na cidade, porque até o início dos anos 90 ela dividia a cidade e tinha interferência diária e constante dos trens na cidade; e hoje a rede é muito mais presente. Até hoje, mesmo terceirizada ainda existe. O tropeirismo muito rapidamente se apagou o registro em Ponta Grossa. A rede ocupou esse espaço como fato histórico.

Nós temos tudo veiculado a nossa posição geográfica. Todos esses fatos, o tropeirismo, a rede ferroviária, o desenvolvimento o comércio atacadista que na época era forte, a vinda dos quartéis é uma questão estratégica e até hoje cumprimos essa função, nossa vocação natural.

O desenvolvimento do turismo em Ponta Grossa é de interesse, mas não somos nós que temos que alavancar. Esses municípios que tem isso mais forte (*turismo e investimento no caráter tropeiro*) é que tem que chamar pra si a função de promover a questão do turismo em cima do tropeirismo, porque se nós quiséssemos fazer, nós não temos nada para oferecer.

Nós devemos trabalhar juntos porque nós estamos na Rota, mas precisamos de ações desses municípios que a gente julga mais estruturados para falar do tropeirismo; primeiro porque a herança está mais viva, como Castro que tem o

museu do turismo, a Lapa tem muito mais historia e vinculo. Nós temos que trabalhar juntos para cumprir a regionalização.

Aqui nós não podemos desenvolver um produto vinculado a Rota. Podemos falar de turismo religioso porque tem atrativos, mas falando de tropeirismo não tem. Nós fazemos parte da Rota, mas somos o único município que não tem equipamento suficiente e opção suficiente sobre o tropeirismo; então não temos como levantar a bandeira; podemos, depois que isso estiver sendo trabalhado juntos aos municípios que tenham o apelo mais forte, entrar como coadjuvantes.

A situação inversa também acontece, algum desses municípios que fazem da Rota tem estrutura para receber um grande evento?! Não tem!

Ponta Grossa entra pra mostrar como foi esse desenvolvimento pós tropeirismo.

Eu não acompanhei quando tudo isso começou, mas nós não poderíamos estar fora do projeto, mas a nosso peso hoje é nenhum, porque não temos nada que registre o tropeirismo.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

A Rota é uma consequência da nossa posição geográfica. Mas o produto Rota ainda não existe. Nos estamos muito mais ligados às heranças dos povos que vieram depois, do que efetivamente do tropeiro.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agencia Rota dos Tropeiros

Acho que o processo (*mudança da AMCG para a ADRT*) é inteligente e foi o primeiro passo para as coisas acontecerem, pois deixa de ser uma ação publica política para ser uma ação onde envolve o empresário efetivamente, fazendo ele entender que o turismo é uma atividade econômica como qualquer outra e que o objetivo maior é gerar emprego, renda e resgate social.

4. Os municípios interagem

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

Na minha concepção isso ainda precisa ser melhor entendido. Pode trazer resultados porque o turismo passa pela regionalização. Não existe um destino que se suporte sozinho.

APÊNDICE A 10 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM SENGÉS (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

O projeto teve início, mas não foi pra frente. Não tem nenhuma placa nem indicação. Não tem projeto. Sabe-se do projeto porque tinha uma secretaria de turismo e a secretária foi conhecer os pontos turísticos e tentou fazer a estruturação, identificando os pontos, mas não chegou ao fim. Não temos um mapa, não temos roteiro. O pessoal usa porque conhece na prática, mas não tem nada oficial.

Houve uma gestão há uns oito anos atrás mas foi interrompida e o turismo ficou estagnado no município. Agora estamos começando da estaca zero, pois não temos nem leis para impedir o uso dos atrativos por Itararé.

Nós temos muitas belezas. São sete cachoeiras.

A nova gestão tem muito interesse, mas não tem pessoal técnico capacitado. No turismo não tem projeto nenhum.

A gente tem noção de que é um município muito pobre, mas tem noção das riquezas que o turismo pode trazer.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

Primeira coisa que eu fiz foi chamar a associação comercial do município para fazer material de divulgação.

Eu reuni algumas pessoas voluntárias engajadas no turismo e estruturei uma equipe para fazer um inventário turístico.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agência Rota dos Tropeiros

Uma época ficou sem pagar a mensalidade. Teve na primeira gestão, do prefeito que foi reeleito, secretaria de turismo, mas não atou em nada, porque era acumulada com esportes e cultura.

Atualmente não tem verba para o turismo.

E nós temos vários pontos turísticos.

Estou mobilizando os populares para fazermos um museu, já que Sengés foi a única cidade do Paraná bombardeada por céu e terra em uma revolução.

Sengés tem um potencial bastante interessante para ser trabalhado.

Sabemos que fazemos parte da Rota dos Tropeiros e que não há uma competição entre nós, que não existe entre cidades vizinhas, e que os municípios podem ajudar e tem a associação que parece ser bem forte (ADRT).

4. Os municípios interagem

Tem muita gente procurando a secretaria para poder explorar o turismo, mas ainda estamos buscando a legislação para regulamentar a atividade.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

Não tem projeto.

APÊNDICE A 11 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM TELÊMACO BORBA (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

Assumi há pouco tempo e tem muita coisa que não estou a par ainda.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

Não tenho esse conhecimento ainda. Na realidade o turismo em Telêmaco Borba está muito bonito no papel e agora que vamos desenvolver. O governo anterior fez um trabalho de documentação, mas agora que vai caminhar. Agora que vai sair a prática, porque por enquanto estava tudo na teoria.

O turismo de negócios e o turismo religioso na cidade é uma coisa que vamos batalhar muito para por em prática, pois é onde temos potencial. Temos bons hotéis, bons restaurantes; a rede gastronômica precisa de capacitação e o vamos fazer parcerias para isso.

3. Como se dá efetivamente a participação da Agencia Rota dos Tropeiros

[assumi a pouco mais de um mês]

4. Os municípios interagem

Sim. E eu tenho muito interesse em fazer parcerias com Tibagi, Imbaú e os municípios ao entorno.

5. O projeto tem retorno satisfatório para o município

Estamos a conhecendo a pasta e vendo o que se pode fazer.

APÊNDICE B – ENTREVISTAS REALIZADAS POR MEIO ELETRÔNICO

A partir da impossibilidade da realização das entrevistas presenciais, foi entrado em contato com os representantes municipais e solicitado respostas via e-mail. Ressaltando que município de Jaguariaíva não retornou ao e-mail, embora se dispusessem a responder, conforme resposta ao telefone.

APÊNDICE B 1 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM Balsa Nova (PR)

Olá Alessandra!

Até onde sei, porque estou no cargo há uma semana, Balsa Nova não faz parte da AMCG. Estamos na Rota dos Pinhões! Com relação a rota dos tropeiros, de acordo com as pessoas com quem conversei nestes dias, o município faz parte, mas não há empresas associadas pelo que vi no site.

Estou a disposição, mas tenho receio que você perca a viagem! Você tem um questionário para a entrevista? Ele é dirigido aos empresários ou ao gestor do município? Se puder envie por e-mail que tento levantar as informações com antecedência antes de você vir até aqui.

Abs.

Oswaldo Dias

www.oswaldodiasjr.blogspot.com

www.maislazereturismo.blogspot.com

De: Alessandra Sahaidak <alesahaidak@yahoo.com.br>
Para: Oswaldo Dias <oswaldodiasjr@yahoo.com.br>
Enviadas: Segunda-feira, 7 de Maio de 2012 17:15
Assunto: Re: Pesquisa Balsa Nova

Boa tarde, Oswaldo!

Estou fazendo uma dissertação para o mestrado de Gestão do Território (UEPG) sobre a Rota dos Tropeiros e a AMCG.

O objetivo é entender se a Rota é um projeto viável e se dá retorno a todos os municípios inseridos; bem como entender e analisar como se dá a relação dos municípios com a instância de governança, que neste caso está representado pela AMCG.

Gostaria de realizar uma entrevista sobre esses assuntos. Há disponibilidade?

Aguardo retorno.

Att,

Alessandra

Sahaidak

(42) 9911-3268

De: Oswaldo

Dias

<oswaldodiasjr@yahoo.com.br>

Para: "alesahaidak@yahoo.com.br"

<alesahaidak@yahoo.com.br>

Enviadas: Segunda-feira, 7 de Maio de 2012 16:13

Assunto: Pesquisa Balsa Nova

Boa tarde Alessandra!

Recebi seu contato através do Itaboraí! Assumi como turismólogo no município na semana passada. Qualquer informação que você precisar entre em contato. Se puder mandar por e-mail o que você precisa posso adiantar alguma coisa.

Abraços,

Oswaldo Dias

APÊNDICE B 2 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM ARAPOTI (PR)

Prezada, Alessandra

Hoje, o município de Arapoti, não possui nenhum turismólogo ou alguém que desenvolva esta atividade na cidade. Como iniciamos a gestão a pouco mais de um mês, nenhum funcionário foi designado para esta função. A divisão de turismo, fica dentro da Secretaria de Desenvolvimento, ao qual faço parte e, nos documentos vasculhados, nada achei que me desse dimensões a respeito da Rota dos Tropeiros, se foi iniciado este projeto ou não. De qualquer maneira, estamos à disposição no que precisar. Caso queira fazer alguma visita no município ou desenvolver atividades, nos colocamos a disposição.

Muito Obrigada!

Atenciosamente,

Francielen Stein

Chefe da Divisão de Indústria e Comércio

----	Original	Message	----
From:	Alessandra Sahaidak	<alesahaidak@yahoo.com.br>	
To:	"secretaria.desenvolvimento@arapoti.pr.gov.br"		
	<secretaria.desenvolvimento@arapoti.pr.gov.br>		
Sent:	Ter, Jan 29, 2013,	16:36	PM
Subject:	pesquisa Rota dos Tropeiros		
	Boa tarde Francielen!		

Entro em contato, de acordo com nossa conversa via telefone, para solicitar seu auxílio esclarecendo questões sobre o turismo em Arapoti.

Como dito, sou aluna do Mestrado em Gestão do Território (UEPG) e realizo uma pesquisa sobre o Projeto turístico Rota dos Tropeiros, que conta com o nome do município de Arapoti enquanto integrante do mesmo.

Você pode me dizer quem está a frente do turismo no município? bem como, de que maneira está estruturado o Projeto Rota dos Tropeiros em Arapoti? Tem informações sobre a implantação e administração do Projeto?

Agradeço as informações.

Atte,

Alessandra Sahaidak

APÊNDICE B 3 – ENTREVISTA PALMEIRA (PR)

Tópico guia – entrevista realizada com representantes municipais do planejamento e implantação do Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR)

1. Como foi o processo de planejamento e implantação do projeto Rota dos Tropeiros no Município

Durante a elaboração do Projeto houve participação tanto de representantes do município (prefeitura), Associação Comercial (ACIP) como da AMCG. Foi realizado um levantamento turístico do município, criado roteiros de visita e o PITI (Ponto de Informações Turísticas) que oferecia guias para realizar visita no município.

Talvez seja importante ressaltar que nesse período, foi criado projetos importantes como "Caminhos da Cecília" um roteiro de turismo rural que foi muito importante para a Comunidade de Santa Barbara que produz diversos produtos artesanais como sucos, vinhos, doces, massas, etc. Nesse roteiro ainda encontra-se o Sítio Minguinho (sítio museu).

O projeto foi implantado durante a gestão do prefeito que estava no poder enquanto ele foi elaborado... quando mudou a gestão o Projeto foi "esquecido". O PITI foi fechado, hoje não há guias cedidos pela prefeitura...Caminhos da Cecília já não existe como antes.

A Gestão Municipal atual não dá importância ao turismo. O único lugar em que se funciona o turismo é na Colônia de Witmarsum, lá tem-se guias a disposição pra visita e eles usam muito a rota para o turismo local deles. O forte da Colônia é as Estrias Glaciais, como Patrimônio Natural do município.

2. Como esta sendo realizada a administração do Projeto

- quais as ações do município

Não há...desde 2004...2005...o município nem participa das reuniões da amcg.

- qual as ações/participação dos órgãos institucionais (SETU, AMCG/ADRT)

Não há, pois o município já não participa de reuniões promovidas por estes órgãos.

- qual a relevância das empresas privadas

Não tem... quando fui entrevistar a presidente da ACIP ELA SE NEGOU A RESPONDER AS PERGUNTAS, alegando que não conhece o projeto e nunca teve acesso a nada sobre ele. Ela me encaminhou à presidente da época, que também se negou a responder e me encaminhou à pessoas ligadas a gestão municipal da época em que se elaborava o projeto.

Resumindo: ninguém quis se comprometer em dizer que hoje o município não desenvolve o turismo. Quanto às entrevistas que acabei fazendo em restaurantes e no comercio em geral, o pessoal nunca ouviu falar no projeto.

APÊNDICE B 4 – ENTREVISTA REALIZADA COM O RESPONSÁVEL MUNICIPAL PELO TURISMO EM RIO NEGRO (PR)

Tópico guia – entrevista realizada com representantes no município de Rio Negro, sobre o planejamento e implantação do Projeto Turístico Rota dos Tropeiros (PR).

- 1- Como foi o processo de planejamento e implementação do Projeto Rota dos Tropeiros no Município? Houve a participação da AMCG? De que foram?

R: Após o ingresso do Município de Rio Negro no Projeto Turístico “Rota dos Tropeiros”, a Prefeitura através de seu Departamento de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo, trabalhou com a comunidade envolvida para a implantação do Projeto. A AMCG sempre foi parceira no Projeto, atendendo e participando junto com os 16 municípios que compõem a Rota até a criação da agência que assumiu os trabalhos no lugar da AMCG.

- 2- Como esta sendo realizada a administração do Projeto? Quais as ações do município para implantar o turismo buscando integrar-se a Rota dos Tropeiros? Há conhecimento sobre a filiação de empresas junto à Agência de Desenvolvimento da Rota dos Tropeiros?

R: Com a implantação do Projeto houve o fortalecimento do Clube do Tropeiro “Estrada da Mata” em nosso município, onde até hoje eles tem as sua própria e comemoram o Dia Municipal do Tropeiro no mês de setembro. Foi realizada a divulgação e a conscientização do Projeto, junto às empresas privadas do município, mas não obtivemos retorno, para a filiação junto a Agência.

- 3- Como se dá efetivamente a participação da AMCG/Agência Rota dos Tropeiros? O município participa das ações / reuniões da AMCG / ADRT?

R: O município de Rio Negro não tem participado das ações e/ou reuniões da Agência, pois até então não estamos recebendo informações e nem convites para as reuniões.

- 4- Os Municípios que fazem parte da Rota dos Tropeiros interagem?

R: Não temos esta informação.

- 5- O projeto tem retorno satisfatório para o município? Existe retorno financeiro? Como está classificado o turismo no município?

R: O Projeto Turístico “Rota dos Tropeiros” não trouxe para o município de Rio Negro, retorno financeiro significativo. Recebemos através deste projeto vários cursos, que qualificaram a comunidade participante com resultado positivo. Esta é uma ação da Agência, que deveria ter continuidade.

- 6- Administração e integração com AMCG / ADRT é satisfatória?

R: Insatisfatória, pois não há hoje interação com a AMCG e ADRT.

ANEXO 1 – TROPEIRISMO

O Tropeirismo no Brasil

A Atividade dos Tropeiros no Brasil

Por Claudio Recco

Introdução

A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro, porém há quem use o termo em momentos anteriores da vida colonial, como no "ciclo do açúcar" entre os séculos XVI e XVII, quando várias regiões do interior nordestino se dedicaram a criação de animais para comercialização com os senhores de engenho.

A Mineração

Na maioria das obras didáticas, tropeirismo é associado com a procriação e venda de gado, porém essa atividade se iniciou com o desenvolvimento da mineração, entre os séculos XVII e XVIII. A descoberta do ouro e posteriormente de diamantes, foram responsáveis por um grande afluxo populacional para a região das minas gerais, tanto de paulistas, como de portugueses e ainda de escravos. Essa grande corrida em busca do eldorado foi acompanhada por um grave problema, a falta de alimentos e de produtos básicos, responsável por sucessivas crises na primeira década do século 18, onde a falta de gêneros agrícolas resultou em grande mortalidade.

Estas crises de fome afligiram a zona mineradora por longos períodos, quando se chegou inclusive a interromper os trabalhos extrativistas para a produção de alimentos. Tais crises de fome, foram muito fortes nos anos de 1697-1698, 1700-1701 e em 1713.

De fato, aqueles que migraram para a região mineradora sonhavam com a riqueza mineral e poucos se dispunham a trabalhar a terra, sendo que tal situação

fez com que florescesse um comércio interligando o porto do Rio de Janeiro ao interior. Tanto os produtos manufaturados que chegavam de Portugal, quanto os gêneros agrícolas, eram transportados no lombo de animais para a população das minas gerais, pois mais de 90% do consumo de necessidades dos mineiros a Capitania opulenta não produzia. Não achavam razoável deslocar um escravo para a agricultura, quando esse mesmo escravo, empunhando a bateia, dava lucro cem vezes maior ao seu senhor. Dai a importância das tropas na movimentação da produção desde os primeiros dias da conquista.

O crescimento das cidades e a formação de uma elite na região mineradora aumentaram a necessidade de animais, tanto para as atividades locais, como para o transporte de carga, cada vez maior, em direção ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo a riqueza gerada pela mineração foi responsável por estimular uma série de atividades paralelas, urbanas, reforçando ainda mais a atividade dos tropeiros, que transportavam os mais variados produtos e ainda cumpriam o papel de mensageiros.

A Região Sul e o Gado

É difícil falar em sul do Brasil, pois na verdade, quando do início do período da mineração, a América era ainda dividida pelo Tratado de Tordesilhas e, teoricamente, a região onde encontramos o atual estado do Rio Grande do Sul pertencia à Espanha. Não é à toa que nesta região as atividades econômicas se assemelham às da Argentina, Paraguai e Uruguai (na verdade, Vice Reino do Prata). Se por um lado as condições geográficas e climáticas estimularam essa atividade, por outro é necessário lembrar que a criação de gado na região platina se iniciou para abastecer as minas de prata do interior do Peru, tanto no sentido de transportar para o interior os produtos provenientes da Espanha, como no sentido inverso, trazer das minas a prata, que era embarcada em navios nos rios da Bacia do Prata e no porto de Buenos Aires.

Foi essa atividade dinâmica na Bacia do Prata que estimulou o governo português a intervir na região. Mesmo antes da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, Portugal atuava no sentido de incorporar a região a seus domínios, interessado em participar do comércio local. Isso explica a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e o estímulo dado à ocupação das terras gaúchas.

No entanto podemos dizer que ao longo do século XVI e início do XVII, o Rio Grande do Sul era "terra de ninguém", habitada principalmente por índios guaranis e por onde passavam eventualmente alguns bandeirantes em busca de índios para apresar e escravizar. Esse quadro foi modificado com a chegada de padres jesuítas que, no início do século XVII, na região formada pelos atuais estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e pela Argentina e Paraguai, fundaram as Missões jesuíticas. Nelas se reuniam, em torno de pequenos grupos de religiosos, grandes levadas de índios guaranis convertidos.

O crescimento das missões determinou a introdução da atividade pecuarista, de forma extensiva, geralmente com o gado solto nas pradarias, com o objetivo de alimentar os índios. Dessa maneira a região passou a oferecer dois atrativos para os forasteiros: o índio que seria escravizado e o gado. Várias expedições de bandeirantes paulistas atacaram a região - destaca-se a expedição comandada por Antonio Raposo Tavares - até 1640

A ação dos bandeirantes e os conflitos fronteiriços entre Portugal e Espanha fizeram com que os jesuítas transferissem as reduções para a região noroeste do Rio Grande, onde fundaram os Sete Povos das Missões, que funcionavam de forma independente dos governos europeus metropolitanos e não se preocuparam em respeitar as decisões adotadas a partir de 1750. Essa situação motivou a repressão às Missões. Apesar da resistência por parte de padres e índios, as Missões foram desmanteladas, mas deixaram um legado que, por muito tempo, seria a base da economia gaúcha: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos, criados soltos pelas pradarias.

Dessa maneira pode-se afirmar que a influência espanhola se fez sentir no Rio Grande do Sul desde a sua formação. Pode-se mesmo falar que, sem a participação espanhola, a pecuária - que seria a base da economia gaúcha durante o século XIX e início do XX - não existiria com a importância que tem. Não poderia ser de outra forma. Afinal, o Rio Grande representou a principal zona de contato - e conflito - com os vizinhos espanhóis.

Os Tropeiros

Nos Séculos XVII e XVIII, os tropeiros eram partes da vida da zona rural e cidades pequenas dentro do sul do Brasil. Vestidos como gaúchos com chapéus,

ponchos, e botas, os tropeiros dirigiram rebanhos de gado e levaram bens por esta região para São Paulo, comercializados na feira de Sorocaba. De São Paulo, os animais e mercadorias foram para os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Em direção às minas, o transporte feito no lombo de animais foi fundamental devido aos acidentes geográficos da região, que dificultavam o transporte. Já para as regiões de Goiás e Mato Grosso, a maioria dos produtos eram transportados através dos rios, nas chamadas monções. É difícil definir os homens que se dedicavam a esta atividade. Muitos homens de origem paulista, vicentina, ou seus descendentes, se tornaram tropeiros, assim como muitos homens de origem portuguesa.

O fato de a Capitania de São Vicente ter prosperado de forma limitada, obrigou muitos de seus habitantes a subirem a serra e a se fixarem no planalto. Assim surgiu a vila de São Paulo, formada por uma camada pobre, que abandonara o litoral. A economia precária baseada numa agricultura de subsistência determinou a necessidade de atividades complementares, originando o bandeirismo, porém nem todo homem paulista tornou-se bandeirante. Muitos que inicialmente se dedicaram ao apresamento indígena, se fixaram em terras no sul e, com o passar do tempo, foram se integrando ao pequeno comércio, praticado no lombo de mulas.

Contando com uma população composta por homens de origem vicentina e portuguesa, a vila de Laguna era o ponto extremo do litoral brasileiro e dela partiram muitas famílias para outras áreas do interior do sul, também preocupadas com o apresamento indígena num primeiro momento, e que tomaram contato com a criação de gado, praticada nas missões jesuíticas.

A própria história do Rio Grande do Sul deu origem a elementos que se dedicariam ao tropeirismo. A necessidade de povoar a região, segundo interesses dos portugueses, fez com que o governo real facilitasse o acesso à terra e garantisse um elevado grau de liberdade e autonomia para a região, fato que, teve como uma de suas conseqüências o predomínio da grande propriedade no século 17, que beneficiava poucas famílias e marginalizava grande parte da sociedade que ali se formava.

O tropeiro iniciava-se na profissão por volta dos 10 anos, acompanhando o pai, que era o negociante (compra e venda de animais) o condutor da tropa. Usava chapelão de feltro cinza ou marrom, de abas viradas, camisa de cor similar ao

chapéu de pano forte, manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro, botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger-se nos terrenos alagados e matas.

No Rio Grande, a cidade de Viamão tornou-se um dos principais centros de comércio e formação de tropas que tinham como destino os mercados de São Paulo. Porém de outras regiões do sul partiam as tropas, quase sempre com o mesmo destino. Nesses trajetos, os tropeiros procuravam seguir o curso dos rios ou atravessar as áreas mais abertas, os "campos gerais" e mesmo conhecendo os caminhos mais seguros, o trajeto envolvia várias semanas. Ao final de cada dia era aceso o fogo, para depois construir uma tenda com os couros que serviam para cobrir a carga dos animais, reservando alguns para colocar no chão, onde dormiam envoltos em seu manto. Chamava-se "encosto" o pouso em pasto aberto e "rancho" quando já havia um abrigo construído. Ao longo do tempo os principais pousos se transformaram em povoações e vilas. É interessante notar que dezenas de cidades do interior na região sul do Brasil e mesmo em São Paulo, atribuem sua origem a atividade dos tropeiros.

A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho (feijão tropeiro) que era servido com farofa e couve picada. Bebidas alcoólicas só eram permitidas em ocasiões especiais: quando nos dias muito frios tomavam um pouco de cachaça para evitar constipação e como remédio para picada de insetos.

O tropeiro montava um cavalo que possuía sacola para guardar a capa, a sela apetrechada, suspendia-se em pesados estribos e enfeitava a crina com fitas. Chamavam "madrinha" o cavalo ou mula já envelhecida e bastante conhecida dos outros animais para poder atraídos era a cabeça da tropa e abria o percurso, com a fila de cargueiros à sua retaguarda; "malotagem" eram os apetrechos e arreios necessários de cada animal e acondicionamento da carga e "broaca" os bolsões de couro que eram colocados sobre a cangalha e serviam para guardar a mercadoria.

Em torno dessa atividade primitiva nasceram e viveram com largueza várias profissões e indústrias organizadas, como a de "rancheiro", proprietários de "rancho" ou alojamento em que pousavam as tropas. Geralmente não era retribuída a hospedagem, cobrando o seu proprietário apenas o milho e o pasto consumidos

pelos animais, porque as tropas conduziam cozinhas próprias. A profissão de ferrador também foi criada pelas necessidades desse fenômeno econômico-social, consistindo ela em pregar as ferraduras nos animais das tropas e acumulando geralmente a profissão de aveitar ou veterinário. A incumbência de domar os animais ainda chucros era também uma decorrência do regime de transportes e chamavam-se "paulistas", porque conduziam ao destino os animais adquiridos em Sorocaba.

No norte de Minas "paulista", "peão" e "amontador" eram sinônimos, mas tinham significação específica. Assim é que "paulista" era o indivíduo que amansava as bestas à maneira dos peões de São Paulo. Peão era todo amansador de eqüinos e muares à moda do sertão, e amontador era apenas o que montava animais bravios para efeito de quebrar-lhes o ardor. Depois é que vinha o "acertador", homem hábil e paciente, que ensinava as andaduras ao animal e educava-lhe a boca ao contato do freio. É a mais nobre de todas.

Conclusão

Percebemos a importância da atividade dos tropeiros de diferentes maneiras: o abastecimento da região mineradora e outras, sem os quais a exploração das jazidas seria impossível; a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português, ao mesmo tempo em que fundaram diversas vilas e cidades. O comércio de animais foi fator determinante para integrar efetivamente o sul ao restante do Brasil, apesar das diferenças culturais entre as regiões da colônia, os interesses mercantis foram responsáveis por essa fusão e indiretamente, pela prosperidade tanto da grande propriedade estancieira gaúcha, como de pequenas propriedades familiares, em regiões onde predominaram populações de origem européia e que abasteciam de alimentos as fazendas pecuaristas

REFERÊNCIA

RECCO, C. **O Tropeirismo no Brasil: A Atividade dos Tropeiros no Brasil.** Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

ANEXO 2 – CONVITE LANÇAMENTO ROTA DOS TROPEIROS (PR)

Convite

A AMCG e o Prefeito Municipal de Tibagi tem a honra de convidá-los a participar da cerimônia de pré lançamento da Rota dos Tropeiros e assinatura de convênios de adesão com as prefeituras da Rota.

Dia: 13 de Maio de 2003.

PROGRAMAÇÃO:

14h00: Reunião do Grupo G32

Local: Casa da Cidade

15h00: Cerimônia de Abertura e assinatura dos convênios com os municípios da Rota

Local: Câmara Municipal de Tibagi-PR

16h00: Pré lançamento do filme: "Tropeiro- Alma Sem Fronteira"-Produção Cooperativa de Cinemas e Mídias Digitais

Local: Teatro Municipal

17h15min: coquetel

Local: Prefeitura Municipal de Tibagi

Contamos com a presença de vocês para o sucesso deste evento

José Tibagy de Melo
Presidente da AMCG
Prefeito Municipal de Tibagi- PR

Para maiores informações:

(42) 275-1388- Tibagi- Ângela

(42) 225-1469- AMCG- Graziela ou Nádia

ANEXO 3 – DOCUMENTO DIRECIONADO À IMPRENSA



Prezado(a) Jornalista,

É com satisfação que estamos lançando a ROTA DOS TROPEIROS e para isso, sua participação será fundamental na divulgação desta proposta de desenvolvimento sustentável com base na atividade turística, para o Paraná.

Preparamos para você um release sobre o projeto, o tropeirismo e as próximas etapas, as quais possibilitarão a consolidação da Rota como produto turístico paranaense.

COMO NASCEU A ROTA DOS TROPEIROS

A Rota dos Tropeiros foi idealizada através de um Diagnóstico Cultural realizado em 2001 pelo SEBRAE-PR, onde foi identificada a oportunidade de se trabalhar em médio prazo uma rota que estivesse tematizada no Tropeirismo com base nos recursos históricos, culturais, arquitetônicos e paisagísticos, dentro das paisagens urbanas e naturais dos municípios, originados nos ciclos históricos dos movimentos das tropas que passaram pelo Paraná desde o século XVIII até aproximadamente 1950, quando as ferrovias, as estradas e o transporte por caminhão substituíram as mulas.

No entanto, este grande potencial necessitava ser planejado, organizado em forma de produtos e comercializado de forma integrada, o que somente seria possível através de um plano de trabalho que foi desenvolvido pelos coordenadores Carlos Roberto Solera e Eduardo Flávio Zardo.

Nesta primeira etapa foram realizados os levantamentos necessários, a criação de uma base de dados estratégica para a estruturação de pousadas, restaurantes, atrativos, agências de turismo, além do artesanato local, serviços e outros equipamentos, o que possibilitará na segunda etapa, que será iniciada em junho, o lançamento de pacotes turísticos em nível regional e nacional.

Ela foi idealizada para disponibilizar ao turista maior comodidade, segurança e qualidade no uso de serviços turísticos interligados de maneira a permitir uma infinidade de roteiros rurais, históricos, gastronômicos e de aventuras.

O QUE SERÁ A ROTA DOS TROPEIROS

A ROTA DOS TROPEIROS é um Destino Turístico Integrado que reúne 16 municípios paranaenses, ligando os estados de Santa Catarina e São Paulo através de 21 rodovias federais e estaduais, além de caminhos rurais que passam por fazendas, cânions, montanhas, rios e cidades fantásticas.

Para isso, foi criado o Conselho Executivo, ao qual fazem parte SEBRAE-PR, Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG (representando os municípios de Arapoti, Carambel, Castro Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Sengés, Telêmaco Borba e Tibagi), Paraná Turismo e Ecoparaná, além dos municípios de Rio Negro, Campo do Tenente, Campo Largo e Balsa Nova que se reuniram em torno de uma proposta de desenvolvimento regional integrado e sustentável para então, transformarem uma idéia em um projeto efetivamente consolidado, que permitisse novas oportunidades econômicas através do turismo.



Desta forma, foram convidados para apoiar o Conselho Executivo, um representante da prefeitura e um representante da iniciativa privada de cada município, que foi carinhosamente apelidado de G32. Através do processo de regulamentação que foi planejado, estas pessoas farão parte de um Conselho Gestor que fará a manutenção estrutural da Rota através de reuniões periódicas para as discussões das atividades que estarão sendo implantadas.

A **Rota dos Tropeiros** transformará a região da Escarpa Devoniana em um imenso **Parque Multitemático**, tendo como atrativos a exuberante natureza, as cidades históricas e os costumes das várias etnias que formam a região.

Ela está distribuída em 4 grandes temas: 1) **História e Cultura**, 2) **Fé e Misticismo**, 3) **Natureza e Aventura** e 4) **Saúde e Bem-Estar**. Em cada uma das cidades serão criados pequenos roteiros que contemplem estes temas, por onde os turistas poderão desfrutar da oferta turística municipal. Certamente serão momentos inesquecíveis.

Saiba que a experiência vivencial que está sendo oferecida a você, certamente se tornará inesquecível, pois você estará "mergulhando" na história do Brasil e na sua própria história, reencontrando o verdadeiro espírito da aventura lúdica

PRÓXIMOS PASSOS

Desta forma, a ROTA DOS TROPEIROS está se estruturando para poder oferecer aos consumidores produtos de maior qualidade, visando sempre à satisfação do cliente.

Assim, na continuidade desta segunda etapa, estarão previstas, entre outras, as seguintes ações:

- a) Cursos de Capacitação Profissional para empresários, funcionários e empreendedores;
- b) Divulgação através de folder e mapa turístico;
- c) Realização de feiras de turismo e rodadas de negócios;
- d) Realização de eventos culturais e gastronômicos nos municípios;
- e) Caderno de Oportunidades para investidores;
- f) Formatação de pacotes de turismo para agências de viagens;
- g) Estruturação das cidades com portais, sinalização turística e postos de informações para turistas.

Esta segunda etapa possui uma previsão de realização de dois anos, até a consolidação dos municípios e a formatação de pacotes turísticos. Para isso a ROTA DOS TROPEIROS terá um coordenador técnico que estará orientando os municípios e também fará a sugestão de contratação de serviços de assessoria específicos.

Para colaborar nesta segunda etapa, estão realizando parceria na Rota, o SENAR-PR, o SENAC-PR, as Concessionárias de Rodovias, Correios e Instituições de Ensino Superior, como a UFPR e a UEPG.



ORIENTAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO

Como você pode perceber que a ROTA DOS TROPEIROS ainda depende de alguns passos para sua correta implantação, tendo em vista as diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, sugerimos que a divulgação seja realizada de forma a demonstrar ao leitor estas fases que ainda necessitam ser realizadas para uma correta estruturação do produto que estará sendo oferecido a ele.

Ou seja, a linguagem jornalística deverá abordar e deixar claro que a ROTA DOS TROPEIROS está em fase de implantação, não sendo um produto acabado.

Qualquer orientação, sugestão ou colaboração a ROTA DOS TROPEIROS poderá ser enviada aos Coordenadores Técnicos, através do endereço:

Rua Tibagi, 576 – sala 110
consultur@milenio.com.br
tel. (41) 3027-7955 - fax (41) 324-5955

Ou diretamente com o Conselho Executivo.

ANEXO 4 – CONVITE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO



Assembleia de Fundação da Agência Rota dos Tropeiros

Convidamos os parceiros e empreendedores envolvidos com o desenvolvimento do destino turístico Rota dos Tropeiros para **"Assembleia de Fundação da Agência Rota dos Tropeiros"**. Entidade de caráter privado, sem fins lucrativos, criada com objetivo de cuidar dos interesses deste destino turístico paranaense. Anexo mais informações sobre esta importante conquista.

Confirme sua presença até dia 02 de março pelo fone (42) 3232-2272 ou pelo e-mail: itcbras@uol.com.br, com Nicolaas Nienhuys.

Sua presença é fundamental para o sucesso da Rota dos Tropeiros!

Data: 07/03/2007

Horário: das 14h às 17h

Local: ACIP - Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa
Rua Coronel Dulcídio, 975 - Centro
Ponta Grossa - PR

Realização:



Apoio:



ANEXO 5 – ATA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO

Assembléia de Fundação da "Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros do Paraná", a seguir denominada simplesmente "**Agência Rota dos Tropeiros**". Aos sete dias do mês de março de dois mil e sete, à Rua Coronel Dulcídio, 975, Centro, Ponta Grossa/PR, às 14 horas, conforme assinaturas constantes no Livro de Atas e na presente Ata, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral de fundação da Associação Civil, sem fins lucrativos, denominada "**Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros do Paraná**", a seguir denominada simplesmente "**Agência Rota dos Tropeiros**", constituída em março de 2007, sendo ela uma pessoa jurídica de direito privado sob a forma de associação, sem fins lucrativos, e com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Castro/PR, à Rua Doutor Jorge Xavier da Silva (antiga "Rua das Tropas"), n.º 579, sobreloja 1, Centro, CEP 84.165-000, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o Sr. Nicolaas Marie Nienhuys, abaixo qualificado, para Secretariar os trabalhos o Sr. Rodrigo Arruda Sanchez, brasileiro, solteiro, advogado, RG 5714068-2 PR, CPF 02416269941, residente e domiciliado em Curitiba à rua Atilio Bório, 721, cj. 04, CEP 80050250. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia. Iniciando-se os trabalhos, sobre a proposta de Estatuto, depois de analisada, esta foi aprovada por unanimidade dos associados presentes. O Estatuto aprovado é que se encontra anexo. Com o Estatuto aprovado, a presidente dos trabalhos abriu os debates acerca da eleição dos cargos eletivos, Executivos e do Conselho Fiscal, esclarecendo que os cargos a serem preenchidos eram referentes a um diretor presidente, um diretor administrativo, um diretor financeiro, e três Conselheiros Fiscais. De comum acordo, os presentes elegeram para **Diretor Presidente** o sr. Nicolaas Marie Nienhuys, holandês, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rodovia Castro-Tibagi, Km 04, Caixa Postal 139, CEP 84165-970, Castro - Pr, RNE W171364-M, Cpf 243.101.749-49; para **Diretor Financeiro** o sr. Douglas Francisco Da Costa, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida Visconde De Maua, 1180, CEP 84045-100 Ponta Grossa - Pr, Rg 5.245.007-1, Cpf 809.925.109-10; para **Diretora Administrativa** a sra. Dinacir Murbach Azambuja, brasileira, casada, comerciante, residente domiciliada à rua Rua Francisco Braga, 326, CEP 83750-000, Lapa - Pr, Rg 1.119.208-4, CPF 444.157.109-72; para **Presidente do Conselho fiscal** o sr. Izidro Constantino Guedes, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rod. Pr 151 Km 284,5 - S/N, Bairro Sta. Clara, Rg 899.821-3, Cpf 014.481.709-82; para **Conselheiro Fiscal** o sr. Daniel Wagner, brasileiro, casado, administrador hoteleiro, residente e domiciliado à Rua 7 De Setembro, 652 - Centro - Ponta Grossa - Pr, Rg 6.012.048-0 Ssp-Pr, Cpf 023.914.219-58; para **Conselheiro Fiscal Suplente**: a sra. Sarlete Maria Marques, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada à Rua Eduardo Santos Lima, 547 Lapa, 83750-000 Pr, Rg 1.573.210-5 SSPPr, Cpf 614.411.839-72. Em seguida, os eleitos foram imediatamente empossados nos respectivos cargos, com mandato de 2 (dois) anos cada, de 07/03/2007 a 06/03/2009, declarando neste ato que não estão inclusos em nenhuma cláusula legal de impedimento. Nada mais havendo a tratar, declararam-se encerrados os trabalhos da Assembléia, e eu, secretário desta assembléia, sr. Rodrigo Arruda Sanchez, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por todos os associados até a presente data.

Ponta Grossa, 7 de março de 2007

Nicolaas Marie Nienhuys
Presidente dos trabalhos na assembléia

Rodrigo Arruda Sanchez
Secretário da constituição da Assembléia

Nicolaas Marie Nienhuys
Diretor presidente

Douglas Francisco Da Costa
Diretor administrativo

Dinacir Murbach Azambuja
Diretora Administrativa

Izidro Constantino Guedes
Conselheiro Fiscal

Anderson Otero
Conselheiro Fiscal

Daniel Wagner
Conselheira Fiscal

Sarlete Maria Marques
Conselheira Fiscal Suplente
Dinacir Murbach Azambuja

Visto do advogado
Rodrigo Arruda Sanchez
OAB/PR 27.385



ANEXO 6 – AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ, NOME E
DADOS BIOGRÁFICOS EM OBRAS DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz, Nome e Dados Biográficos em Obras de Preservação Histórica

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor **obras acadêmicas** que venha a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede na Av Carlos Cavalcanti, 4748 – Ponta Grossa (PR), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home video”, DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e **formação de acervo acadêmico**, sem qualquer ônus a UEPG ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada a **preservação da memória histórica**, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

Nome:
Cargo/Função:
Cidade:
Endereço:
CPF N°:
RG N°:
Telefone para contato: